

REVISTA

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

edição
ESPECIAL

Nº 13

JUL/AGO/SET 2025

Manifestação da Campanha Despejo Zero em São Paulo (SP). Foto: Comunicação MIST



MORADIA: PORTA DE ENTRADA DE TODOS OS DIREITOS

PAPO RETO

A cidade é planejada de forma racista, para concentrar renda e excluir, analisa Raquel Rolnik

Pag. 17

RAIO-X

O desafio da habitação digna no Brasil: tem gênero e raça

Pag. 22

MOBILIZE-SE

Cidadãos podem (e devem) se engajar em iniciativas pelo direito à moradia pelo país

Pag. 44

Acesse também
nossa revista digital
Distribuição gratuita.
Venda proibida.



ISSN 2965-1433



9 772965 143009

03

Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

Moradia ainda é vista como mercadoria e não como direito no Brasil

17 _____ PAPO RETO

A cidade é planejada de forma racista, para concentrar renda e excluir, analisa Raquel Rolnik

22 _____ RAI-O-X

O desafio da habitação digna no Brasil: tem gênero e raça

27 _____ EM PAUTA

Deslocamentos por crises climáticas aumentam e milhões precisam deixar suas casas ao redor do mundo

31 _____ EM PAUTA

Os desafios enfrentados por quilombolas e indígenas para garantir o direito à habitação e consolidação de seus territórios

35 _____ ESTAÇÃO CRIANÇA

Como as moradias (ou a falta delas) impactam no dia a dia das crianças e adolescentes?

38 _____ NA PRÁTICA

A força da coletividade na realização do sonho da casa digna

42 _____ EM PERSPECTIVA

Além da terra: a luta por moradia na Reforma Agrária Popular

44 _____ MOBILIZE-SE

Cidadãos podem (e devem) se engajar em iniciativas pelo direito à moradia pelo país

48 _____ CIDADANIA DIGITAL

Cidadania em rede: o papel das ferramentas digitais no acesso a serviços públicos

50 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Congresso debate políticas estruturantes para garantir moradia digna e minimização da exclusão urbana de populações vulneráveis

52 _____ RETRATO BRASIL

Muito além de quatro paredes



Trilha de Saberes desta edição a partir da página 59.

Expediente

Realização: Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente:
Frei Wagner Sassi

Coordenação geral da revista:
Fábio José Garcia Paes

Coordenação editorial:

 **ESTÚDIOCAIS**
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

www.estudiocais.com.br - ISSN 2965-1433

Jornalista responsável: Daniele Próspero
MTB: 39.137

Coordenação editorial: Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação: Daniele Próspero, Elvis Marques, Mariana Lemos, Maria Victória Oliveira e Rodrigo Bueno

Coordenação dos canais digitais:
Maria Victória Oliveira

Produção dos canais digitais: Ingrid Gama, Mariana Lemos e Maria Victória Oliveira

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Articulação: Ruivo Lopes

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Alessandra Miranda, Benilda Brito, Eleilson Leite, Darlei Zanon, Gabriela Consolaro, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela e Tatiana Scalco.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Hori, Instituto Peregum, Instituto Pólis, Movimento Laudato Si, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Parceiro para impressão: PAULUS Social

Editorial

Sem lar, não há Casa Comum

A Revista Casa Comum celebra seus três anos de existência com mais uma edição especial, realizada em parceria com a Campanha da Fraternidade 2026, que trará como temática principal: “*Fraternidade e moradia – Ele veio morar entre nós*”. Esta edição, no entanto, é também histórica, pois marca uma nova fase do projeto: a Revista Casa Comum deixa de ser uma realização do Sefras – Ação Social Franciscana e passa a ser conduzida por uma gestão compartilhada com outros grupos, coletivos e movimentos sociais. Essa transição amplia o horizonte de atuação da revista, preservando, no entanto, a missão e a visão franciscana que inspiraram sua criação e trajetória até aqui.

Diante desses marcos importantes, convidamos você a mergulhar na proposta editorial desta edição.

A revista adota como horizonte o conceito de Casa Comum, inspirado na ecologia integral e na fraternidade universal. Esse conceito nos convida a enxergar o planeta como um lar compartilhado, onde todas as formas de vida devem ter lugar, dignidade e cuidado. No entanto, para milhões de pessoas, ter uma casa concreta — um espaço seguro, digno e estável para viver — ainda está fora do alcance.

É justamente nessa tensão entre o ideal da Casa Comum e a dura realidade de quem vive sem teto, em moradias precárias ou sob constante ameaça de despejo, que esta edição se ancora. Afinal, não há Casa Comum possível quando falta o chão da própria casa, quando o lar — esse espaço de cuidado, memória e afeto — é inacessível ou constantemente ameaçado.

Segundo dados de 2022, o déficit habitacional no Brasil chegou a 6 milhões de domicílios, o que representa 8,3% do total de habitações ocupadas no país. Isso revela a urgência de tratar a moradia como prioridade absoluta na agenda pública e social.

A moradia é o ponto de partida da dignidade humana. É ali que se experimenta o pertencimento, que se constrói a vida familiar e comunitária, que se organiza o cotidiano. Ter uma casa é condição básica para viver com proteção, saúde, afeto e espaço de convivência. E é também, em última instância, o que possibilita o pleno exercício de outros direitos fundamentais.

O direito à moradia abrange todos os outros: o acesso à água potável, à proteção, à convivência familiar e comunitária, entre tantos mais. Um teto é muito mais do que uma estrutura arquitetônica — ele responde a necessidades básicas, mas também afetivas, relacionais, sociais e culturais.

Durante uma conferência internacional sobre o direito à primeira moradia, uma pessoa em situação de rua compartilhou, emocionada, a seguinte frase: “Eu tenho direito a ter uma geladeira para tomar água gelada todo dia.” Essa fala, tão simples quanto poderosa, revela uma dimensão que muitos não conseguem imaginar: o valor de um copo de água gelada, algo cotidiano para alguns, mas inalcançável para quem vive nas ruas — onde não há acesso nem à água, tampouco à dignidade de escolher em que condições se quer viver.

Ter uma mesa onde se possa comer uma refeição dignamente — e não apenas uma marmita em um canto qualquer de uma cidade hostil — também faz parte desse direito.

Conhecer o que está previsto nas leis e, também, as experiências de grupos e movimentos populares é fundamental para quem deseja se engajar nessa pauta. Diante de uma agenda tão prioritária — e ainda assim frequentemente esquecida enquanto demanda popular e organizativa comunitária —, é urgente resgatar esse debate, dar visibilidade às boas práticas e cobrar políticas públicas que promovam justiça habitacional.

Hoje, a moradia sofre a contradição profunda e escandalosa de ser, ao mesmo tempo, um direito fundamental e uma mercadoria explorada no mercado. A especulação imobiliária inflaciona os preços e dificulta o acesso, empurrando multidões a viverem o dilema diário entre pagar o aluguel ou garantir um prato de comida. Para os idosos, a situação é ainda mais dramática: comprar remédios ou pagar o aluguel — eis um dilema existencial cotidiano.

Por isso, a mobilização em torno da moradia é essencial. Ela deve unir prioridades e bandeiras políticas de representantes públicos, organizações e movimentos sociais. A luta por moradia diz respeito a todos os segmentos da sociedade.

É urgente colocar o direito à moradia no centro do debate público. E esta edição da Revista Casa Comum é uma ferramenta a serviço dessa urgência.

Fábio Paes

Coordenador da Revista Casa Comum

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: **www.revistacasacomum.com.br**



@RevistaCasaComum

Contato

Endereço de correspondência:
Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
São Paulo/SP - CEP: 03009-010

Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
Site: **www.revistacasacomum.com.br**

Inscriva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa.

revistacasacomum.com.br/inscreva-se

EM DESTAQUE

MORADIA AINDA É VISTA COMO MERCADORIA E NÃO COMO DIREITO NO BRASIL



Protesto dos moradores da Favela do Moinho, em São Paulo (SP). Foto: Raul Batista

Como diversos outros direitos contidos na Constituição Federal de 1988, o acesso à moradia é cercado por desigualdades e injustiças crônicas, que remetem ao período da escravidão. Como superar problemas estruturais para conquistar um lar? Especialistas acreditam que a reforma urbana “só acontecerá com a força popular”.

Por Elvis Marques e Maria Victória Oliveira



Uma coisa que o Moinho teve foi muita resistência. A gente não abaixou a cabeça. Teve gente que levou tiro de borracha na cabeça, no peito, nas costas e, mesmo assim, continuamos firmes na decisão de que a gente não ia entregar nossa casa para o Estado.”

A fala de Yasmim Flores, nascida e criada na Comunidade do Moinho, localizada na região central da cidade de São Paulo, denuncia o que as cerca de 900 famílias têm vivido com mais intensidade desde o início de 2025. A região tornou-se alvo de disputa por conta de um projeto que levará a sede do governo do Estado de São Paulo da região do Morumbi ao bairro dos Campos Elíseos, centro da capital.

Atual presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Moinho, Yasmim conta que, desde que souberam que as terras são de posse da União e que esta pretende fazer a cessão à gestão estadual, os moradores têm se mobilizado para que fosse apresentado um plano de reassentamento digno, que respeitasse as necessidades das famílias. Na prática, entretanto, não foi isso o que aconteceu.

Mesmo sem um acordo, Yasmim relata que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) iniciou um processo de pressão psicológica sobre as famílias moradoras do Moinho. “Eles chamavam as pessoas individualmente, apavorando, falando que ia ter

reintegração de posse, que o trator ia passar por cima da cabeça das pessoas, que a SPU [Secretaria do Patrimônio da União] já tinha doado o terreno, fazendo essa pressão psicológica em uma por uma das famílias. E a gente sempre negando, falando que não era bem assim. E aí chega no momento que as pessoas começam a assinar e a mentir sua renda para poder se encaixar num financiamento que não cabiam por puro medo.”

A demolição de cinco casas, no dia 12 de maio de 2025, foi o estopim. Cenas de violência tomaram conta dos noticiários, mostrando a presença da polícia fazendo uso de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha dentro da Comunidade, com relatos de crianças e idosos passando mal.

Para Yasmim, foram a persistência e a mobilização local que conseguiram chamar a atenção do Governo Federal, que, no dia 10 de junho, esteve presente no Moinho para tirar dúvidas dos moradores sobre o acordo de R\$ 250 mil por família para que deixem a Comunidade e busquem uma nova moradia.

Mãe de duas filhas e gari, Yasmim reflete sobre uma postura histórica de falta de assistência por parte do poder público para garantir o direito à moradia para todas as pessoas. Ressalta, ainda, o preconceito para com aquelas que moram em favelas, tidas como “invasoras” e “pessoas à toa”, que não trabalham.



A moradia é muito tratada como mercadoria, como compra e venda, não como um direito. Eles não vão pensar ‘a pessoa está ali porque precisa, porque tem o direito de ter um teto, que é o básico do ser humano’. Não. Eles querem saber de quem pode pagar mais. Quem paga mais tem mais direito. A moradia, no estado de São Paulo, virou mercadoria. E muito provavelmente pela especulação imobiliária, que tira o pobre para pôr o rico”,

ressalta Yasmim Flores.



Yasmim Flores. Foto: Arquivo pessoal

Neta e filha de moradoras do Moinho, Yasmim carrega consigo a história de quatro gerações que ocuparam a região. Ela conta que, atualmente, estão pleiteando o tombamento e a não demolição do moinho industrial. “Esse símbolo está aqui como um ato de nossa resistência, para que, daqui a uns anos, quando minha filha perguntar: ‘De onde vim?’ e eu vou falar: ‘Você veio de uma comunidade batalhadora, resistente, que lutou para ter o que tem hoje’. A história do Moinho não tem que ser só nossa, tem que ser de todas as favelas e ocupações. É uma história de resistência. Resistir para poder sobreviver.”

A situação dos despejos e remoções no país

- O número de pessoas afetadas por despejos ou remoções forçadas no Brasil aumentou 70% entre outubro de 2022 e julho de 2024.
- Desde 2020, mais de 1,5 milhão de pessoas foram vítimas de despejos ou remoções forçadas.
- Hoje, são 1.524.556 pessoas afetadas por despejo ou remoção forçada*, o que representa 333.763 famílias ameaçadas, 42.098 famílias despejadas e 78.810 vivendo com o despejo suspenso.
- A crise habitacional no Brasil tem classe, gênero, raça e região: 66,3% dos brasileiros afetados se autodeclaram pretos e pardos, 62,6% são mulheres, 74,5% ganham até dois salários mínimos. Mais de 265 mil são crianças e cerca de 260 mil são pessoas idosas.
- Entre as regiões mais afetadas, São Paulo lidera o *ranking* como o estado com o maior número de famílias ameaçadas (90.126) e despejadas (9.508), seguido de Pernambuco, com 43.411 famílias vivendo sob a ameaça de despejo, e Amazonas, com a marca de 5.541 famílias despejadas nos últimos quatro anos, além de outras 31.092 ameaçadas. Em 3º lugar, o estado do Rio de Janeiro registrou 4.939 famílias despejadas.

*A pesquisa não considera a população em situação de rua e as pessoas ameaçadas por desastres socioambientais, o que produz, de acordo com a Campanha Despejo Zero, um contexto de indicadores subestimados.

Fonte: *Campanha Nacional Despejo Zero*:
www.campanhadespejozero.org

>> Saiba mais sobre a Campanha e como apoiar a iniciativa no Mobilize-se, na página 44.

Moradia: porta de entrada para todos os direitos



Mobilização da Campanha Despejo Zero. Foto: Comunicação MTST

Diferentes especialistas, estudiosos e organizações que compõem o movimento de luta pela moradia definem que ela é a porta de entrada para o acesso a outros direitos. O que isso significa na prática? Um exercício rápido: em 2025, completam-se cinco anos do decreto global da pandemia de Covid-19. Como uma família composta por quatro, cinco ou mais pessoas pôde cumprir a ordem de “ficar em casa” se moravam, todos, em um único cômodo? Essa situação se relaciona diretamente com a saúde física e mental, a alimentação e o bem-estar de forma geral dos ocupantes desse ambiente.

A pesquisa *Covid-19: Dificuldades e Superações nas Favelas*, realizada pela organização TETO, em parceria com o Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (FGV CEPESP), mostrou que o acesso a melhores condições de moradia tem impacto direto no bem-estar das pessoas.

“As estatísticas descritivas apontam para uma situação de deterioração da saúde mental de uma parcela importante das comunidades, em termos gerais. No entanto, as famílias que participaram dos programas de moradia da TETO apresentaram melhora relativa, quando comparadas com as demais. Ou seja, mesmo nos casos em que houve deterioração emocional, ela foi menos impactante entre os grupos que haviam recebido as moradias de emergência”, traz trecho do estudo (veja como participar das iniciativas da TETO no Mobilize-se, na página 44).



Luiz Kohara. Foto: Arquivo pessoal



A moradia é fundamental para o desenvolvimento do ser humano, da família e também a constituição social de cada pessoa. Nesse sentido, podemos dizer que ela é a base para garantir os outros direitos, porque, a partir dela, é possível dar condições para que a pessoa tenha uma saúde melhor ou possa fazer tratamentos, a criança ou qualquer um pode ter o desenvolvimento escolar de forma tranquila ou com uma situação melhor. Sem a moradia não dá para discutir saúde, educação e outras necessidades que são fundamentais para a vida”,

afirma Luiz Kohara, fundador e membro colaborador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, doutor em Arquitetura e Urbanismo e membro do Laboratório de Pesquisa Justiça Territorial da Universidade Federal do ABC (UFABC).

De acordo com o Boletim Epidemiológico de Tuberculose – número especial de março de 2025 –, uma pessoa em situação de rua tem o risco para o adoecimento por tuberculose aumentado em 54 vezes se comparado à população geral. Já quando se adiciona o componente raça, pessoas que se autodeclaram pretas e pardas concentram a maior proporção de casos, com um aumento de 57,1% (40.695), em 2013, para 65,8% (55.484) em 2024. Ao mesmo tempo, a proporção de casos em pessoas brancas mostra uma redução no mesmo período (de 33,3%, em 2013, para 26,5% em 2024).

>> Acesse o boletim em: bit.ly/RCC_13_001

Além da saúde, as condições da moradia também têm impacto direto em outros direitos fundamentais, como é o caso da educação. É o que mostra a pesquisa de doutorado de Luiz Kohara: *“Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços”*, desenvolvida com alunos da quarta série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, localizada no bairro do Glicério, na região central de São Paulo.

“Pude verificar que uma criança que mora em condições precárias tem quatro vezes maiores chances de evasão escolar e de ser reprovada. Crianças que moram em cortiços não têm espaço para guardar o material escolar, não têm espaço com uma mesa e cadeira para estudar e não dormem direito. E, quando chegam na escola, muitas vezes recebem bronca e ficam desestimuladas”, analisa Luiz (veja mais sobre o tema no Estação Criança, na página 35).

O desafio das pessoas em situação de rua

Outra vertente importante da agenda da moradia é a população que não acessa nenhum tipo de moradia. Em março de 2025, 335.151 pessoas estavam em situação de rua no Brasil, segundo o levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/POLOS-UFMG), com os números registrados no Cadastro Único (CadÚnico).

Pós-doutor na área de habitação pela UFABC, Luiz pôde conversar com pessoas e acompanhar ações desenvolvidas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que provam que a moradia é base estruturante para inserção da população em situação de rua na sociedade.

“Algumas experiências internacionais, como nos Estados Unidos com o programa *Housing First* [em tradução livre, moradia primeiro], mostram que, mesmo em casos crônicos [de viver nas ruas], quando a primeira política pública acessada pela pessoa é a moradia, isso conseguiu transformar a vida e 80% das pessoas não voltaram para as ruas.”

Ele avalia que ainda existem barreiras de compreensão da sociedade sobre essa realidade. “Nesses últimos dez anos, houve alguma evolução, mas quando falamos em moradia para a população em situação de rua, as pessoas não acreditam que elas tenham direitos e têm um olhar de preconceitos, como se as pessoas tenham chegado a essa situação por sua culpa ou incapacidade. E isso é uma mentira muito grande.”

Se a saída das pessoas da rua é um primeiro passo, a garantia e a segurança na moradia é o que impede que as pessoas voltem para a rua. Nesse sentido, Luiz comenta que o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos tem acompanhado mais de 300 ações de despejo ou reintegração de posse em São Paulo.

“Muitas pessoas moram, às vezes, há muitos anos, em áreas que não tinham a função social da propriedade. Mas o judiciário não tem tido a sensibilidade de olhar essa realidade e, muitas vezes, sobrepõe o direito da propriedade sobre o direito à vida e à moradia. Quando falamos de políticas públicas, temos um importante papel do judiciário, porque suas decisões de despejo e reintegração de posse têm levado muita gente ou para a situação de rua ou para morar em áreas ainda mais fragilizadas em termos de estabilidade, de maior risco e sem infraestrutura”, completa o arquiteto.

No final de 2023, o Governo Federal lançou o “*Plano Ruas Visíveis – Pelo direito ao futuro da população em situação de rua*”, a fim de promover a efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Entre as entregas previstas no eixo “Habitação”, estão o acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida; a destinação de imóveis da União; a criação do Programa Nacional Moradia Cidadã; e o projeto-piloto do Programa Moradia Cidadã, com disponibilização de 150 unidades habitacionais, com prioridade para famílias com crianças e mulheres gestantes.

>> Confira na íntegra o Plano Nacional Ruas Visíveis: bit.ly/RCC_13_002



Pessoa em situação de rua no Rio de Janeiro (RJ). Foto: Matthieu Rougé

A moradia na lei

A moradia está presente em diferentes documentos, como a Constituição Federal de 1988, que, em seus artigos 6º e 183, afirma, respectivamente, que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” e “Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco

Desafios de todos e todas

Migrantes e refugiados que vivem no Brasil também enfrentam uma série de desafios quando o assunto é habitação, apesar de terem assegurados o exercício dos direitos sociais como educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, trabalho, lazer, segurança, assistência e previdência social, proteção à maternidade e à infância e o respeito às especificidades culturais, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

>> Leia mais sobre o assunto na matéria produzida pela **Revista Casa Comum** no *site*: bit.ly/MoradiaMigrantes

anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.”

Os artigos 9º e 10 do Estatuto da Cidade também dispõe sobre o acesso à moradia no Brasil: “Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural” e “Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.”

Os artigos 17º e 25, respectivamente, da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmam que: “Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros” e “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.”

Erminia Maricato, professora aposentada da Universidade de São Paulo (USP) nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, ex-ministra-adjunta e uma das criadoras do Ministério das Cidades em 2003, analisa que, do ponto de vista institucional, o Brasil evoluiu muito nas últimas décadas.

“Nós temos um arcabouço legal avançadíssimo. Eu, por exemplo, fui escolhida na ocasião em que estava sendo discutida a nova Constituição Federal, nos anos 1980, para defender a proposta de reforma urbana na Assembleia Nacional Constituinte. Nós tínhamos uma articulação nacional e entregamos uma emenda de iniciativa popular, com a assinatura de 130 mil eleitores brasileiros. E nós conquistamos, na Constituição Federal, a função social da propriedade, a função social da cidade, o direito à moradia, assim como o direito à saúde. Mas o SUS [Sistema Único de Saúde] teve uma trajetória muito mais bem-sucedida do que a reforma agrária e a reforma urbana.”



Erminia Maricato. Foto: André Scarpa

O próprio Estatuto da Cidade, de acordo com Erminia, é uma lei completa e moderna, que exige participação democrática da população “para tudo de importante” que se pretenda fazer em um município. O entrave, no entanto, está justamente em seu cumprimento. “Quantas prefeituras aplicam a função social da propriedade? E quantos imóveis vazios nós temos no Brasil?”, questiona a urbanista, que estima em 10 milhões: “Só no município de São Paulo, nós temos 600 mil imóveis vazios, número maior do que o déficit, de cerca de 400 mil. Ou seja, nós temos leis que, se aplicadas, garantiriam o direito à moradia.”

Entenda

A Constituição de 1988, no artigo 5º, garante aos cidadãos o direito à propriedade, desde que esta atenda a função social. O imóvel, rural ou urbano, assim, deve ser utilizado em prol dos interesses da sociedade e não apenas dos proprietários. O seu uso deve ser racional, cumprir as exigências do plano diretor das cidades, preservar os recursos naturais, além de cumprir as obrigações trabalhistas. Caso o imóvel não atenda a função social, ele pode ser desapropriado e a sua destinação pode ser, em um dos casos, para atender pessoas que necessitem de moradia.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_003

Mais do que apenas a construção onde uma pessoa mora, moradia significa o contexto no qual essa habitação está inserida, o que envolve aspectos como acesso à rede de esgoto e abastecimento de água, coleta regular de lixo, acesso à rede de energia elétrica e de internet, proximidade do transporte público, de postos de saúde, escolas e equipamentos de cultura e lazer, a segurança de posse desse local, entre outros pontos. O Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas determina sete aspectos que devem ser observados para que uma moradia seja considerada digna (saiba mais no Papo Reto com Raquel Rolnik, na página 17).

A negação de um direito humano fundamental



Casa na zona rural de Gargalheiras, em Acari (RN). Foto: Osani Silva

Se a moradia é, então, um direito fundamental previsto por lei, por que seu acesso não é garantido para todas as pessoas? Quem tem esse direito violado e por quê? Para responder a essa pergunta, é impossível não falar de um dos principais fenômenos responsável por moldar a sociedade brasileira: o racismo.

“Precisamos reconhecer que o Brasil tem uma história de mais de 300 anos de escravidão. Quando eu digo isso, significa que uma parcela da população não tem o reconhecimento do valor da sua cidadania e dignidade. É importante ressaltar que esse histórico do racismo e também da aporofobia [aversão ou medo em relação aos pobres] é parte constituinte da nossa sociedade”, afirma Luiz Kohara.

Em consonância com Luiz, Erminia volta a séculos de história para que seja possível explicar o não cumprimento do direito à moradia. “A libertação dos escravos não se dá [com a Lei Áurea], pois eles não conseguem ter acesso à terra, assim como os trabalhadores de um modo geral. De alguma forma, eles continuam escravizados num país em que menos de 10% da população brasileira era urbanizada, no século 19.”

De acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 16.390.815 pessoas – 8,1% da população brasileira – viviam em 12.348 favelas e comunidades urbanas. Se comparado com o Censo de 2010, trata-se de um aumento de quase cinco milhões de pessoas residentes nesses espaços, que também praticamente dobraram em quantidade nesse período.

Quando o assunto é a raça dos moradores, a proporção daqueles que se declaram pretos (16,1%) e pardos (56,8%) morando em favelas e comunidades urbanas era superior aos percentuais observados na população total (10,2% e 45,3%). Quanto à população branca, a lógica se inverte: menos brancos morando em favelas (26,6%) se comparado ao restante da população (43,5%).

A população indígena em favelas e comunidades urbanas

O Censo 2022 também se dedicou a analisar a presença da população indígena em favelas e comunidades urbanas:

- Amazonas, Amapá e Pará lideram o *ranking* de unidades da federação com maior proporção de sua população residindo em favelas e comunidades urbanas, com 34,7%, 24,4% e 18,8%, respectivamente.
- Na região Norte, 12,6% da população indígena residia nesses espaços.
- No Amazonas, o índice chegava a 17,9% e, no Rio de Janeiro, a 12,7%.
- Em São Paulo, o estado mais populoso, a proporção de indígenas nesses espaços era de 9,6%.



Censo Demográfico – IBGE 2022. Disponível em: bit.ly/RCC_13_004

>> Outros dados podem ser conferidos nas pesquisas promovidas pelo CEFATELA (Centro de Estudos das Favelas), com sede na Universidade Federal do ABC (UFABC): bit.ly/RCC_13_005



Campanha da Fraternidade 2026

Em 2026, a Campanha da Fraternidade (CF), uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apresenta como temática principal: “*Fraternidade e moradia – Ele veio morar entre nós*” (Jo 1,14), ressaltando a moradia digna como prioridade e direito, junto aos demais bens e serviços essenciais a toda a população.

Pelo segundo ano consecutivo, a Revista Casa Comum se une à CNBB para tratar, em uma edição da publicação, sobre o tema da CF. Em 2025, a Campanha abordou “*Fraternidade e Ecologia Integral*”, que inspirou a 10ª edição da publicação.

Ano a ano, os bispos do Conselho Episcopal Pastoral (CONSEP) da CNBB recebem sugestões de seus regionais, fiéis, das ordens e das congregações religiosas, e, a partir disso, escolhem um tema e um lema para a CF, com o intuito de chamar a atenção sobre uma situação latente na sociedade.

Para frei Marcelo Toyansk, coordenador da Pastoral da Moradia e Favela e membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), há diversos motivos para a Igreja Católica escolher o tema do direito à moradia e fomentar um debate sobre como ser presença solidária afetiva e efetiva junto às inúmeras periferias do Brasil: “A igreja, nos últimos anos, tem trazido muito forte a necessidade da evangelização no mundo urbano, pensando que esse espaço apresenta todo um conjunto de realidades, mas a realidade da periferia tem um destaque, dado também a opção preferencial pelos pobres como a Igreja tanto atesta e é o cerne da sua evangelização.”

>> Confira a matéria especial que a Revista preparou sobre a próxima Campanha da Fraternidade: bit.ly/CF2026Moradia

Acesse a 10ª edição da Revista, com o tema “*Somos natureza: a necessária conversão ecológica*”: bit.ly/RCC_10EDICAO

De direito fundamental para mercadoria



Grito dos Excluídos, no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Foto: Acervo União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)

Assistente social, mestre em Arquitetura e Urbanismo, atuante na área de elaboração e gestão de propostas de política urbana e habitacional e membro da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Evaniza Rodrigues faz um paralelo quando o assunto é moradia enquanto direito. Ao passo que a educação e a saúde, mesmo com ofertas da rede privada, são vistas coletivamente como direitos e, portanto, são responsabilidade do Estado e alvo de políticas públicas, a moradia não é.

“A moradia é vista como um bem, como patrimônio, uma mercadoria. Qual seria, então, o jeito normal, com todas as aspas na palavra normal, para adquirir moradia? Comprando. Quem tem mais dinheiro, compra uma casa maior. Quem tem acesso a crédito, pega dinheiro no banco ou faz um financiamento. Quem não tem acesso a nenhuma dessas operações, vai ter que ‘se virar’ para morar. As formas precárias de habitação são resultado desse pensamento. Ao trazer o conceito de moradia como direito, temos que derrubar tudo isso”,

analisa Evaniza Rodrigues.

A luta, portanto, segundo ela, é para que, mais do que garantir a casa, a moradia seja considerada responsabilidade de toda a sociedade e viabilizada pelo Estado a partir de políticas públicas. “Imagina se na saúde falassem: ‘Quem tem dinheiro, vai tomar a vacina. Quem não tem, não vai tomar e vai morrer.’ É inaceitável! Só que a loucura é que é aceitável, na cabeça da maioria da sociedade, alguém morar precariamente. Essas formas precárias de habitação devem ser consideradas um fracasso de toda a sociedade.”

A perspectiva da moradia como um ativo financeiro se relaciona com o surgimento das favelas, assentamentos, comunidades e ocupações, que, por sua vez, conversam com os interesses do mercado imobiliário. Você já se perguntou por que muitas favelas ficam do lado do rio ou em áreas de inclinação? “Essa permissão, digamos, entre aspas, para morar nesses lugares é simplesmente porque eles não estavam sendo disputados pelo mercado imobiliário. Quando, por algum motivo, ele passa a ter interesse nessas regiões, é a hora da ofensiva contra as ocupações e favelas e o risco de despejo”, analisa Evaniza. Lembra da história da Comunidade do Moinho, localizada na região que receberá a sede do governo do Estado de São Paulo?

É a partir desse contexto que surgem conceitos como especulação imobiliária. “Como a mercadoria mais cara que temos na sociedade – a moradia – pode ser acessada por pessoas que, de certa forma, para o mercado financeiro, são descartáveis?”, questiona Luiz, refletindo sobre o que chama de mercantilização dos espaços urbanos.

Prevista tanto na Constituição Federal como no Estatuto da Cidade, a função social da propriedade, citada por Erminia, é um dos caminhos possíveis para frear a lógica da especulação imobiliária. “A função social da propriedade deveria ser um instrumento para que os imóveis e terrenos vazios, sem uso, pudessem ter uma função social e ser espaços urbanos para reprodução da moradia de interesse social. Mas o que nós vemos é que, na prática, a força do mercado imobiliário impede”, explica Luiz.

Evaniza complementa ao citar que as movimentações do mercado ditam a valorização ou não de alguns espaços, o que tem implicações diretas na questão da moradia: “Lugares que não tinha interesse nenhum, que estavam abandonados, mas quando o mercado chega perto: ‘Opa, posso auferir

renda dessa terra’, e isso, digamos, não é ilegal, os dois estão previstos na lei. Mas por que o direito de propriedade pode sobrepor o direito à moradia e o cumprimento da função social da propriedade?”, questiona.

Responsável pela formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano entre os anos de 2003 e 2005, Erminia, em sintonia com Evaniza, acrescenta que a falta de acesso à moradia é um “problema de exclusão estrutural”, uma vez que a moradia é algo essencial para o ser humano.



Ninguém vive sem moradia. Tem evidentemente essa condição das pessoas em situação de rua, mas, para qualquer ser humano, para qualquer família, a moradia é uma mercadoria, em nossa sociedade, indispensável para a vida. A moradia é a mercadoria de consumo compulsório necessário mais cara que o trabalhador tem para comprar. E é o preço da terra urbana que divide a população por cor, renda e acesso aos demais direitos”,

ressalta Erminia Maricato.

Para Luiz, é importante que existam mecanismos legais que garantam o direito à moradia. Entretanto é fundamental que a sociedade pressione o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. “É preciso fazer uma mudança não só na legislação, mas na compreensão da sociedade de que, enquanto tivermos uma realidade de tantas desigualdades e injustiças e sem uma reforma urbana no sentido concreto e real, o desequilíbrio social, as violências, os graves problemas urbanos, as mortes para quem vive em situação de risco e, também, a degradação social e ambiental vão continuar. Eu acredito que a reforma urbana só acontecerá com a força popular.”

Quando se deparou com a Ocupação Povo Sem Medo, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e situada na mesma região onde vivia, Daniele estava com as filhas pequenas, vivenciava uma separação e cumpria o aviso prévio do emprego. “Eu tinha uma amiga que estava na mesma situação familiar, e ela me disse que as pessoas fizeram a ocupação para conseguir as suas casas. Fomos ao local em um dia de assembleia, ouvimos as explicações das lideranças e que os critérios eram participação e luta. E me encantei com aquilo tudo. Fiz um barraco na ocupação e, desde então, sou do movimento.”

Passando por diversas situações socioeconômicas, Daniele deixava as filhas com a sua mãe e mergulhava na luta pela casa própria. “Logo que entrei na ocupação, fiquei desempregada. Eu almoçava, merendava e jantava. Nos dividimos em grupos e, em cada um deles, tinha uma cozinha solidária. Igual eu eram diversas outras pessoas, que não tinham alimento e comiam na própria ocupação”, relembra (veja como participar de iniciativas como essa no Mobilize-se, na página 44).

Em agosto de 2018, chegou a notícia para Daniele e outras cerca de 200 pessoas da Ocupação Povo Sem Medo sobre a conquista da casa, na própria região, no Residencial José Euclides Ferreira Gomes, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), do Governo Federal. O conjunto habitacional atendeu a quase três mil famílias da região e de áreas de risco da capital cearense.



Residencial José Euclides Ferreira Gomes. Foto: Carlos Gibaja / Governo do Estado do Ceará

Daniele integra a “Faixa Urbano 1” do Programa MCMV, cuja renda bruta familiar mensal – atualmente – deve ser de até R\$ 2.850,00 e com financiamento pela Caixa Econômica Federal.



Hoje eu tenho certeza que é só com luta que a gente consegue ter acesso aos nossos direitos. E é importante destacar que o MTST é um movimento de moradia e território, pois a luta não acaba quando recebemos a nossa casa”, reforça Daniele Lopes.

Conheça algumas políticas públicas voltadas para a habitação:

Moradia Digna

Trata-se da destinação de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para apoiar municípios, estados e o Distrito Federal para a realização de melhorias habitacionais nas moradias de famílias de baixa renda, que vivem em assentamentos urbanos informais passíveis de regularização.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_006

Plano Nacional de Habitação (PlanHab)

Instituído pelo Ministério das Cidades, o plano é parte do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Ele orienta metas de médio e longo prazos para enfrentar o déficit habitacional, considerando questões como regularização fundiária, sustentabilidade ambiental e participação social nos territórios.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_007

Programa Minha Casa, Minha Vida

Criado em março de 2009 e relançado em 2023 com novos parâmetros, o programa oferece subsídio e taxa de juros abaixo do praticado pelo mercado para facilitar a aquisição de moradias populares e conjuntos habitacionais na cidade ou no campo até um determinado valor. Para serem atendidas, as famílias selecionadas precisam preencher alguns requisitos sociais e de renda, além de não possuir imóvel em seu nome.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_008

Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H)

É uma ferramenta cujo objetivo é garantir dois pontos fundamentais para a habitação de interesse social: a qualidade, com obras seguras e duradouras; e a produtividade do setor da construção a partir da sua modernização.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_009

Acesso às políticas públicas de moradia

Em 2016, Daniele Aparecida de Souza Lopes, assistente administrativa, residia em uma casa alugada no bairro Bom Jardim, na região periférica de Fortaleza (CE). Conhecido como um marco para os movimentos sociais de direito à cidade e à moradia do país, o Bom Jardim acumula 64 anos de história e milhares de moradores.

Programa de Regularização Fundiária Urbana

Conhecido como Reurb (Lei 13.465/2017), a iniciativa facilita a titulação de imóveis informais em núcleos urbanos, permitindo que milhões de brasileiros tenham acesso legal à propriedade e aos serviços públicos. Apesar de críticas quanto à flexibilização de normas urbanísticas, a Reurb é hoje um dos principais instrumentos para garantir segurança jurídica às famílias em favelas e loteamentos.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_080

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

A Lei 11.124/2005 é um marco legal que cria um fundo específico para financiar projetos habitacionais voltados às famílias de baixa renda. O sistema incentiva a participação de estados e municípios por meio de planos locais de habitação e fomenta mecanismos de autogestão, cooperativas e parcerias com organizações sociais.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_011

>> Conheça outras legislações e projetos de lei na Agenda de Pressão, na página 50.



O direito à moradia e à cidade são temáticas indissociáveis. Confira a **9ª edição da Revista Casa Comum**, com o tema *“Brasil continental: os dilemas das cidades diante do Bem Viver”*.

Acesse: bit.ly/RCC_9edicao

A falta de moradia

O fato é que o Brasil, em 2022, apresentou um déficit habitacional de mais de seis milhões de domicílios (6.215.313), número que representa 8,3% do total de moradias ocupadas no país. Na comparação com 2019, quando o déficit era de 5.964.993, houve um aumento de cerca de 4,2% no total. Os dados são da Fundação João Pinheiro (FJP), responsável pelo cálculo em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Frei Marcelo Toyansk, apesar da longa experiência na área, vivenciou de perto a necessidade por habitações após fortes chuvas. Ele atuou por cinco anos na região serrana do Rio de Janeiro após as tempestades e deslizamentos de terra em 2011. “Buscamos junto com as comunidades, naquele momento, caminhos para a sobrevivência do povo sofrido e para o acesso às políticas habitacionais.”

Confira outros números sobre o déficit habitacional

- O déficit habitacional no país é maior entre famílias com renda de até dois salários mínimos.
- As famílias com renda de até três salários mínimos e que gastam mais de 30% do que ganham com aluguel se destacam: são 3.242.780 de domicílios, o que representa 52,2% do déficit habitacional.
- O déficit habitacional por região do Brasil é de 2.443.642 no Sudeste; 1.761.032 no Nordeste; 773.329 no Norte; 737.626 no Sul; e 499.685 no Centro-Oeste.
- As mulheres são 62,6% do total de responsáveis pelas casas (3.892.995) e as pessoas negras – exceto na região Sul – são maioria em praticamente todas as categorias da pesquisa e, consequentemente, no índice geral de déficit habitacional.
- Ao olhar para as regiões, as habitações precárias são as principais responsáveis pelo déficit habitacional no Norte (42,8%) e no Nordeste (39,9%), onde há maior déficit habitacional na zona rural.

>> Veja os dados completos em: bit.ly/RCC_13_012



Frei Marcelo Toyansk na Rocinha (RJ). Foto: Arquivo pessoal

O impacto das mudanças climáticas

Os deslizamentos nas serras do Rio de Janeiro são apenas um exemplo do impacto das tragédias climáticas no Brasil e no mundo. Soma-se a isso os crimes socioambientais provocados por grandes empreendimentos, como os vivenciados pela população de Minas Gerais. O resultado é milhões de pessoas em deslocamento forçado – termo utilizado pelas agências da Organização das Nações Unidas (ONU) para se referir às pessoas que precisam deixar as suas casas por conta de fatores climáticos. Confira mais detalhes no Em Pauta, na página 27.

O frade franciscano capuchinho aponta que aproximadamente um terço do povo brasileiro mora precariamente, ou seja, cerca de 70 milhões de pessoas. “Se a gente for somando quem mora em favelas, em cortiços, quem divide a casa com outras famílias, quem compromete a sua renda demasiadamente com aluguel, quem mora em área de risco ou com carência de políticas públicas, como transporte ou saúde, podemos falar que um terço ou mais da população mora de forma precária. Para se ter ideia, hoje, no Brasil, cerca de um milhão de pessoas não têm banheiro.”

Frei Marcelo, no entanto, divide o déficit habitacional em quantitativo e qualitativo. “Alguns [pesquisadores] vão dizer que hoje precisamos, para agora, de seis milhões de moradias, mas sem contar as melhorias necessárias, onde entra tudo aquilo que mencionei, como [a presença] de pessoas em área de risco, aquelas que precisam de banheiro e assim por diante. É justamente olhar para a qualidade das moradias existentes.”

Para além de evidenciar e denunciar a falta de casa própria e do acesso à direitos, frei Marcelo frisa que a Pastoral da Moradia e Favela tem como missão “ser presença fraterna e sociotransformadora” junto à população. “Muitas vezes, em áreas periféricas e de realidades que lutam por moradia, precisamos pensar como estar juntos, participar da situação, escutar o desabafo do povo, ser um apoio. Isso é muito significativo. Isso é o trabalho, vamos dizer assim, é a missão da igreja, de estar junto com as pessoas que estão sofrendo.”

A produção de moradias e a demanda por infraestrutura

A maior favela do país está situada no Distrito Federal. De acordo com o Censo de 2022 do IBGE, o Sol Nascente ultrapassou a Rocinha, no Rio de Janeiro, em termos de domicílios. A comunidade brasiliense conta com 32.081 habitações, enquanto a carioca tem 30.955.

Ao comparar com os dados do Instituto de 2010, o Sol Nascente cresceu 31%, enquanto a Rocinha aumentou 20%. O órgão do Governo Federal considera favela toda área cuja ocupação ocorreu de forma precária.



Moradores do Sol Nascente almoçam em Cozinha Solidária de Ceilândia (DF), que faz parte da rede de cozinhas gerida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

É nesse território em que vive, desde 2017, Eduardo Borges, pintor de automóveis e integrante do MTST. Assim como Daniele, ele conheceu o movimento quando lutava para conseguir um local para morar. “A partir da busca por moradia, participei de diversos encontros de formação política e de outros temas, e fui gostando. Consegui a minha moradia, mas estou na luta para que outras pessoas também possam ter essa conquista.”

Eduardo conta que, ao longo do tempo, o MTST entendeu que o Governo do Distrito Federal “estava com uma diretriz de não destinar os lotes urbanizados (aqueles que já possuem infraestrutura básica) para pessoas que não têm condição de construir”. Foi então que surgiram as formações técnicas, primeiro em bioconstrução e depois em solo-cimento, que envolve, por exemplo, o ensinamento sobre estruturas com areia, cimento e água.

“Já formamos mais de 800 pessoas, sendo que 90% delas tinham alguma afinidade com a área. Isso ajuda aquelas que talvez não tinham condições de construir, mas que, após os cursos, já podem fazer o trabalho ou acompanhar as obras de suas casas, além de ser uma profissão. Tivemos uma parceria com o Coletivo de Arquitetura da UnB [Universidade de Brasília], além dos engenheiros do próprio movimento”, explica.

Após as formações, Eduardo acredita que os participantes têm mais autonomia para lutar por suas moradias.

“É uma quebra de paradigma quando as pessoas se formam e são capazes de dizer: ‘me entregue a terra que o resto eu me viro’”, ressaltava Eduardo Borges.

A demanda por moradias em locais que já contam com infraestrutura, como citou Eduardo, é um aspecto central para especialistas e ativistas do movimento de luta por moradias

adequadas. Isso porque é mais vantajoso adaptar ou, eventualmente, reformar habitações em locais que já contam com redes de esgoto, acesso à água, ao transporte público, a postos de saúde e escolas, por exemplo, do que construir moradias em locais periféricos cada vez mais afastados que não contam com todos esses equipamentos.

“A localização é fundamental. Não tem sentido produzir moradias nas periferias extremas, onde não tem infraestrutura. Aparentemente, para o Estado isso parece mais barato, mas é uma mentira, porque o custo para levar serviços até esses locais é altíssimo. É muito mais eficaz e eficiente para o poder público produzir habitação de interesse social onde já tem a infraestrutura, que, às vezes, precisa ser qualificada”, analisa Luiz Kohara.

Evaniza, por sua vez, pontua que não é raro que, com o tempo, determinadas áreas das cidades mudem de função: onde antes era um centro comercial, passa a ser um lugar que o mercado abandonou. Nesses casos, ela comenta sobre a importância de que imóveis fechados, subutilizados, abandonados e/ou ociosos sejam notificados de que não estão cumprindo sua função social. “Não é incomum encontrar imóveis vazios em áreas com toda uma infraestrutura. É muito mais fácil reformar um prédio no centro de São Paulo, onde já tem água, luz, internet, gás, escola perto, transporte público, emprego, saúde. Por que eu vou mandar essas famílias para um conjunto habitacional em uma periferia distante, em áreas muito mais desprovidas de qualidade?”, questiona.

Luiz e Evaniza compartilham a visão de que, além de construir novas moradias, também é necessário qualificar aquilo que já existe, seja destinando locais para políticas de habitação, como também urbanizando favelas e dando melhores condições para moradias em situações precárias.

Para Evaniza, é por esse motivo que a política de habitação não se resume à construção de casas. “Política de habitação é você ter uma moradia digna que pode ser, por exemplo, a partir da urbanização de uma favela e instalando a infraestrutura, pode ser a melhoria nas unidades habitacionais que já foram construídas. Imagina qual é o investimento de uma família, às vezes dinheiro de uma vida inteira, para construir dois, três cômodos em um terreno que ela conseguiu? Existe um ativo econômico que essas famílias aportaram nessas áreas que deveria ser reconhecido, legalizado e melhorado para uma moradia digna acontecer”, pontua.

O legado dos grandes eventos

Em meio às preparações para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, em Belém (PA), um assunto emergiu em localidades com forte apelo turístico na região, como Alter do Chão: a especulação imobiliária – prática conhecida no país que se refere à compra de imóveis com a expectativa do aumento do valor. O problema é o impacto que essa prática causa aos moradores de um determinado território. A Revista Casa Comum aborda essa temática em sua série especial sobre a COP e a Cúpula dos Povos. Confira em: bit.ly/MoradiaCOP30



Fique por dentro

- Blog Erminia Maricato: erminiamaricato.wordpress.com
- Cartilha Pastoral da Moradia e Favela: bit.ly/RCC_13_013
- Campanha Nacional Despejo Zero: www.campanhadespejozero.org
- Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas: bit.ly/RCC_13_014
- Constituição Federal brasileira: bit.ly/RCC_13_015
- Declaração Universal dos Direitos Humanos: bit.ly/RCC_13_016
- Estatuto da Cidade: bit.ly/RCC_13_017
- Fundação João Pinheiro (FJP): fjp.mg.gov.br
- Levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFG): bit.ly/RCC_13_018
- Moradores do Moinho se reúnem com governo federal em SP e debatem acordo para saída da favela; entenda: bit.ly/RCC_13_019
- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST): www.mtst.org
- Pastoral da Moradia e Favela: www.instagram.com/pastoraldamoradiaefavela
- Pesquisa “Covid-19: Dificuldades e Superações nas Favelas”: bit.ly/RCC_13_020
- Pesquisa “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022)”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): bit.ly/RCC_13_021
- Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas: “Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas”: bit.ly/RCC_13_022
- Sem moradia, não há saúde: bit.ly/RCC_13_023
- SP: nova sede do governo terá primeira fase concluída até fim de 2026: bit.ly/RCC_13_024
- Tese: Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços: bit.ly/RCC_13_025
- União Nacional por Moradia Popular (UNMP): www.unmp.org.br

PAPO RETO

A CIDADE É PLANEJADA DE FORMA RACISTA, PARA CONCENTRAR RENDA E EXCLUIR, ANALISA RAQUEL ROLNIK



Raquel Rolnik. Foto: Leonardo Rodrigues Martins

Arquiteta e urbanista, além de coordenadora do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), a especialista é defensora do que chama de moradias dignas e adequadas, e reforça que o modelo de cidade excludente surge de um processo histórico que tem a ver com capitalismo e racismo.

Por Maria Victória Oliveira

Mais de 16 milhões de habitantes, ou 8,1% da população do país. Esse é o contingente de pessoas que, atualmente, ocupam 6.556.998 domicílios localizados em 12.348 favelas e comunidades urbanas no Brasil, segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números mostram que, mais do que falar sobre garantir o acesso à moradia, é urgente discutir a importância da moradia digna e adequada, de forma que esse direito possa, de fato, ser porta de entrada para o acesso a outros direitos fundamentais, como saúde e educação, por exemplo.

Mas, afinal, o que é uma moradia adequada? O conceito tem a ver com os materiais utilizados em sua construção? Cimento e tijolos são, necessariamente, melhores do que a madeira? E a metragem do espaço, tem algum papel na definição de uma habitação enquanto adequada ou não?

Segundo Raquel Rolnik, não é possível estabelecer nenhum desses parâmetros, uma vez que uma moradia adequada se define pela forma com que permite que as pessoas que ali vivem usufruam plenamente dos seus direitos humanos nas suas várias dimensões.

Moradia adequada, segundo a ONU

Relatora especial para o direito à moradia adequada da Organização das Nações Unidas (ONU) durante seis anos, Raquel Rolnik segue o que os tratados e definições internacionais afirmam sobre o tema. O comentário nº 4 do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1992) define sete critérios para que o direito à moradia adequada seja satisfeito. São eles:

- **Segurança da posse:** a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.
- **Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura:** a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.
- **Economicidade:** a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.
- **Habitabilidade:** a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento e outras ameaças à saúde.
- **Acessibilidade:** a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.
- **Localização:** a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou se localizados em áreas poluídas ou perigosas.
- **Adequação cultural:** a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural.

>> Acesse o material completo sobre o tema: *Por uma Cultura de Direitos Humanos: Direito à Moradia Adequada* — Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR): bit.ly/RCC_13_030

Arquiteta e urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e coordenadora do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade FAU-USP), Raquel Rolnik foi relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada por dois mandatos (2008-2011, 2011-2014), diretora de Planejamento da Cidade de São Paulo (1989-1992) e secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007), tendo dedicado toda a vida profissional ao estudo, debate e ensino sobre a política urbana e habitacional.

Em entrevista à Revista Casa Comum, traçou um panorama histórico que relaciona diferentes questões ligadas à moradia: a escravidão e uso dessa mão de obra no Brasil, a violação de direitos dos povos originários, o processo de urbanização das cidades com a migração do campo para a cidade, o surgimento do conceito de propriedade privada e sua conexão com o capitalismo, entre outras.

Revista Casa Comum: Durante o seminário “Perspectivas para as CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] no pontificado de Francisco”, realizado em 2015 no Rio de Janeiro, a senhora afirmou que: “As nossas cidades produzem e reproduzem a desigualdade socioeconômica. O modelo de construção das cidades é de uma cidade para poucos: é um modelo excludente”. Partindo dessa frase, é possível, em uma retomada histórica sobre a construção e surgimento dos municípios brasileiros, apontar quais as causas da constituição desse contexto?

Raquel Rolnik: Estamos falando da construção de um modelo de cidade e de ocupação do território, de uma forma geral, que é historicamente excludente. Desde a negação dos direitos à vida dos povos originários, até o sequestro e a utilização de uma mão de obra compulsória escravizada dentro do país, temos a marca de uma lógica de ocupação da terra de natureza extrativista, que jamais incorporou aqueles que trabalham a terra como sujeitos de direitos ao acesso à terra.

Do ponto de vista urbano, isso vai acontecer no Brasil, sobretudo a partir do final dos anos 40, 50, com mais intensidade, que é um processo de urbanização bastante acelerada, de migração do campo para cidade, de pequenas cidades para cidades médias e grandes cidades, provocado por um processo de desterritorialização do campo, de expansão da fronteira do agronegócio e de negação do direito de permanência de pequenos camponeses no campo, que vão em busca de oportunidades que a cidade oferecia em um momento em que o país estava se industrializando.

O que aconteceu é que esse contingente migrante trabalhador encontrou uma cidade que, do ponto de vista da política e da legislação urbana, reservou as áreas urbanizadas e as áreas que já estavam preparadas com infraestrutura e com serviços para os setores de classe média e alta, e não incluiu jamais os setores de trabalhadores e migrantes nas possibilidades de acesso a esses locais. E também não construiu nenhuma política pública habitacional de promoção e de provisão de

moradia. Então, eles tiveram que autoproduzir sua própria casa em situações de pouquíssimos recursos e em locais que não haviam sido previamente urbanizados e preparados para receber habitações, comércio etc. Ao fazer isso, também tiveram que, ao longo do tempo, de forma progressiva, constituir os próprios bairros.

Revista Casa Comum: De que forma toda essa lógica se relaciona e encontra raízes na concentração de lucros?

Raquel Rolnik: As qualidades e os valores e, portanto, as valorizações ficaram concentradas historicamente na mão de poucos. Os recursos orçamentários do Estado — que deveriam ir para prover urbanidade e moradia para quem não tem — continuaram concentrados e investidos no mesmo local. É “uma cobra mordendo o próprio rabo”, perpetuando essa concentração e essa exclusão. E, evidentemente, tem uma explicação que o Chico de Oliveira* trouxe para nós, que foi muito importante, e o Lúcio Kowarick* também, que essa foi a condição específica de expansão do capitalismo aqui na periferia do capitalismo, considerando também que os salários no mundo do trabalho sempre foram insuficientes para cobrir plenamente o custo da moradia, seja ela através da compra ou do aluguel. A competitividade da industrialização brasileira foi exatamente em função dos salários baixos.

Saiba mais:

Chico de Oliveira foi um sociólogo brasileiro. Graduado em Ciências Sociais, detém os títulos de doutor por notório saber, professor emérito e doutor *honoris causa*. Uma de suas principais obras: “Crítica à razão dualista/O ornitorrinco”, rendeu-lhe um Prêmio Jabuti ao tratar sobre a intersecção entre política, economia e a sociedade brasileira, com uma denúncia à miséria.

Lúcio Kowarick foi um cientista político brasileiro. Graduado e mestre em Ciências Sociais e doutor em Sociologia, foi professor da Universidade de São Paulo e é autor do livro “A Espoliação Urbana”, no qual analisa as consequências da exploração do trabalho na região metropolitana de São Paulo.

Revista Casa Comum: Como a lógica de relação com o território estabelecida nos tempos coloniais afeta o que acontece hoje, em termos de ocupação e moradia no Brasil?

Raquel Rolnik: Na verdade, mais do que herança colonial, a gente fala da colonialidade. O que quer dizer a colonialidade? Quer dizer que o modelo de cidade, de moradia e de organização da nossa relação com o território e a natureza, está totalmente estruturado numa lógica ocidental, branca, patriarcal, que tem mais precisamente o centro da Europa como modelo, como aquilo que deve ser a única forma

possível e legítima de organizar o território e de viver. E, ao fazer isso, define automaticamente, todas as formas de organização do espaço e do território que não correspondem a esse modelo como irregulares, ilegais, clandestinas e selvagens. Ou seja, estigmatizando e não prevendo o espaço para elas poderem acontecer.

“**Parte da problemática que temos na relação com os assentamentos autoproduzidos nas cidades é o fato de que neles está presente uma forma de organização do espaço da vida que corresponde às economias e às formas de viver das classes populares, que são estigmatizadas, negadas e, muitas vezes, criminalizadas. Esse perímetro do legal e do ilegal acaba, inclusive, se transformando num perímetro para a própria ação discricionária do Estado.**”

Revista Casa Comum: O que significa, na prática, taxar uma moradia como ilegal ou até mesmo clandestina? Há exemplos dessa ação discricionária do Estado como você diz?

Raquel Rolnik: A Polícia Militar, quando está caçando um traficante perigoso num bairro de classe média, entra, toca a campanha do condomínio, pede para entrar com mandato judicial. Quando a mesma Polícia Militar está buscando um traficante em uma favela, entra atirando para tudo quanto é lado, metendo o pé na porta e matando. A licença para entrar dessa forma tem a ver, por um lado, com essa visão totalmente estruturada pela colonialidade do pensamento e do modelo urbanístico e, por outro lado, pela concentração de renda e poder que é branca, patriarcal e que corresponde também a essa colonialidade. É dessa combinação que se definem esses territórios, territórios marcados para morrer, sem futuro, territórios, inclusive, do ponto de vista da ordem urbanística, muito ambíguos, no sentido de que ninguém sabe se eles são permanentes ou provisórios, se vão ficar para sempre ou se estão sujeitos à remoção.

E as remoções são um dos elementos de maior violência urbana no cotidiano. É um combo que constitui um processo com implicações sociais e políticas muito graves, porque também é essa situação de ambiguidade que faz com que esses territórios, para poder receber infraestrutura, ser consolidados, receber equipamentos — que, eventualmente, recebem — não sejam investidos de uma forma automática como se fosse um direito, mas que tudo isso passa por uma negociação política. A política brasileira, a política municipal, ela está baseada nesse modelo. Por isso que [a questão] é muito, digamos, estrutural.



Raquel Rolnik. Foto: Leonardo Rodrigues Martins

Revista Casa Comum: Pegando o gancho da sua fala, esse tipo de política que envolve as moradias “não permanentes” serve aos interesses de alguns grupos na política e na economia? Como?

Raquel Rolnik: O fato de você ter uma boa parte do território numa situação no mínimo de ambiguidade em relação ao pertencimento ou não na cidade, abre um espaço para que o exercício da política urbana nesse local, a definição dos investimentos que vão ser realizados, a urbanização, os equipamentos, os serviços, sejam feitos de forma discricionária. Ou seja, é uma escolha do governante: “Vou fazer ou não”. Hoje, aquilo que a gente chama de clientelismo, na verdade, é a máquina de funcionamento político-eleitoral brasileira, especialmente nesses grandes centros, e está baseada no fato de que, sendo discricionária, o pertencimento à cidade é uma mercadoria política transacionada com o voto. Isso é a base daquilo que entendemos que é o modo centrão. Quer dizer, a ideia de que a política é um local de onde

você controla a distribuição de recursos públicos e distribui esses recursos para suas bases eleitorais ou em troca de constituição de bases eleitorais, reproduzindo historicamente e reelegendo os mesmos grupos baseados nessa transação.

Revista Casa Comum: Ainda no âmbito da constituição das cidades, queria que você explorasse a relação entre o processo de urbanização, a propriedade privada e o racismo.

Raquel Rolnik: Quando a gente fala da colonialidade do nosso modelo de cidade, ele está baseado em dois pilares fundamentais. Um é que a única forma legítima de estabelecer uma relação, um vínculo entre o indivíduo e o território é a propriedade privada individual registrada e, portanto, todas as demais são residualizadas ou definidas como ilegais. Isso é uma coisa totalmente arbitrária. Por que essa, uma forma que foi inventada 250 anos atrás na Europa, é a única legítima e todos os outros tipos de relação e vínculo com território que não correspondem a ela não são?

A outra coisa é entender que a racialização é um elemento fundamental desse modelo. Uma hierarquia que é racista e que, assim como transforma a propriedade na forma única exclusiva [de morar], transforma o branco como aquele que é considerado melhor, maior, mais desenvolvido e, portanto, os não brancos como menores, selvagens, bárbaros, incivilizados. Esse modelo é intrinsecamente racista. A racialidade e a exclusão racial fazem parte dele. É um modelo que surgiu no nascimento do capitalismo e afirma a propriedade individual capitalista como única propriedade possível, o que é imposto para o conjunto da sociedade e do planeta como se fosse um único modelo legítimo.”

Revista Casa Comum: No vídeo de lançamento da nova série do Horizonte Aberto, cujo tema é “O caos”, a senhora fala que ouviu muito, em sua carreira, a palavra “caos” associada à falta de planejamento urbano. Ao que cita que, na verdade, muitas cidades vivem o chamado “caos planejado”. O que isso significa e o que diz sobre a marginalização de grupos e populações mais pobres?

Raquel Rolnik: Tem uma leitura de que o problema das nossas cidades é a falta de planejamento e é por isso que elas são como são. Ao longo dessa nossa conversa, tentamos explicar exatamente qual é o problema da cidade, que não é a falta de planejamento. Pelo contrário. O planejamento da cidade envolve as regras, as leis que definem uso e ocupação do solo, o zoneamento, todos os planos, os investimentos. A cidade é planejada de forma racista e excludente. Ela é planejada para concentrar renda e excluir. Essa é a minha tese. Então a ideia do caos esconde que tudo o que a cidade é hoje é fruto de opções de política urbana e de planejamento urbano, e não da falta deles.

Revista Casa Comum: Quais são os entraves, do ponto de vista da gestão pública, para a realização de uma política habitacional e um planejamento urbano que realmente considerem as demandas das pessoas em maior situação de vulnerabilidade?

Raquel Rolnik: Estamos falando de um processo político sobre quem manda e quem tem poder para definir as decisões de política urbana. Historicamente, a maior parte da população jamais teve poder. Isso não quer dizer eleição, quer dizer outra coisa. Quer dizer poder no sentido de estabelecer as suas prioridades em relação à própria moradia. É uma questão de capacidade política e organização de colocar esse tema e questões na agenda no sentido de transformar a política urbana e habitacional no país.

Revista Casa Comum: Na 9ª edição da Revista Casa Comum, em que abordamos o Brasil continental e os dilemas das cidades diante da perspectiva do Bem Viver, entrevistados apontaram sobre os diferentes tipos de moradia Brasil afora e como uma moradia pode ser comum em determinada parte e, em outra, considerada extremamente vulnerável. Em um país tão diverso como o nosso, é possível a construção de políticas habitacionais efetivas que sejam conectadas às necessidades locais? Como fazer isso em meio a tantas diferenças?

Raquel Rolnik: Sem dúvida nenhuma, não só é possível, como é necessário. A política habitacional não tem que necessariamente ser um modelo único, porque ele não dialoga com as necessidades que são múltiplas e heterogêneas. Tudo é uma questão de como nos organizamos para diferentes realidades e biomas. Vou dar um exemplo para vermos a gravidade disso [do modelo único de habitação]: historicamente, foi proibida a construção em madeira na política habitacional brasileira e foi imposto, sobre a Amazônia, que a construção deveria ser em cimento. Então, tem que importar e trazer de caminhões cimento das regiões Sul e Sudeste para a Amazônia, impondo o aterramento dos rios e rompendo com uma forma tradicional de morar, que tem muita relação com aquele bioma. Ela foi proibida, interditada.

“

Isso é a implicação concreta de você ter um modelo único [de moradia]. E por que esse modelo único? Porque por trás da política habitacional, não estão os interesses das pessoas que precisam morar. Quem historicamente define a política habitacional no país são os interesses da indústria da construção civil, aliados com os interesses da indústria de crédito imobiliário. Essa inversão é absolutamente necessária se a gente quiser construir moradia adequada no país, o que é totalmente possível, sim. Só que, para isso, é preciso romper com esse modelo.”



Fique por dentro

- A espoliação urbana e o campo dos estudos urbanos no Brasil: bit.ly/RCC_13_026
- Censo 2022 do IBGE: bit.ly/RCC_13_027
- Constituição Federal Brasileira: bit.ly/RCC_13_028
- Crítica à razão dualista/O ornitorrinco: bit.ly/RCC_13_029
- Instagram Raquel Rolnik: www.instagram.com/raqrolnik
- Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: www.labcidade.fau.usp.br

RAIO-X

O DESAFIO DA HABITAÇÃO DIGNA NO BRASIL: TEM GÊNERO E RAÇA

Por Daniele Próspero

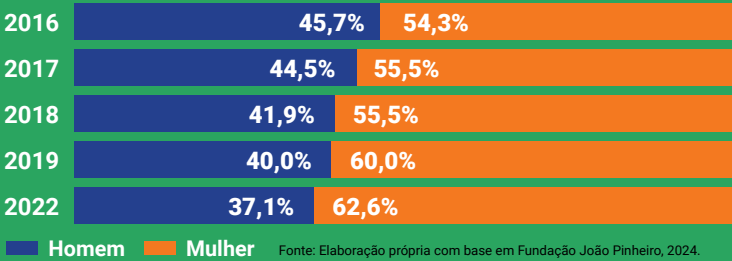
Se fizermos um levantamento rápido observando a atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil espalhados pelo Brasil que buscam, diariamente, garantir o direito à moradia à população, facilmente será possível identificar quem está à frente dessas mobilizações, desempenhando papéis de liderança e organizando os processos de forma colaborativa: centenas de mulheres. Assumir esse papel, porém, não é apenas um desejo de resistência e de participação, mas uma questão de sobrevivência, afinal, as mulheres não são apenas a maioria da

população brasileira (51,5% - são 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens), mas a parcela da sociedade mais afetada e impactada pelas desigualdades estruturantes que marcam o país, o que torna a conquista por uma habitação digna um desafio ainda maior. Os diversos dados reunidos neste Raio-x, levantados a partir de várias pesquisas e estudos, apontam que as mulheres estão diante da privação não só de uma casa, mas de tudo o que envolve morar com dignidade, ou seja, com acesso à água, saneamento básico, luz etc. Conheça o cenário atual:

62,6%

dos domicílios em situação de déficit habitacional são chefiados por mulheres, isto é, as mulheres são maioria dentre os que precisam escolher se comem ou pagam aluguel no fim do mês, ou, ainda, que precisam morar de favor ou em domicílios improvisados e rústicos por não terem alternativa de moradia.

Além disso, as disparidades entre homens e mulheres no déficit habitacional vêm aumentando, ou seja, o déficit habitacional vem diminuindo entre os homens e crescendo entre as mulheres.



Das 1.564.556 pessoas que foram despejadas ou impactadas por ameaças de despejos desde 2020 no país, 938.734 são mulheres e meninas.

30%

As mulheres são maioria dentre os que comprometem mais de 30% dos seus rendimentos com aluguel. A situação se torna ainda mais difícil para as mulheres que não têm renda alguma, estabilidade financeira ou comprovação de renda. Nesses casos, muitas precisam morar de favor (coabitação involuntária) ou recorrer a domicílios rústicos, improvisados ou superadensados.

Tendo em vista a tramitação de projetos de lei que buscam estabelecer sanções para quem luta pelo seu direito à moradia, ou seja, impedir que recebam auxílios e benefícios de programas sociais do governo, isso afeta ainda mais as mulheres, pois estas são as principais beneficiárias dos programas sociais que estão em risco, como o Bolsa Família (56,9%), e dependem do benefício para manterem a subsistência da família.

Elas são desproporcionalmente afetadas antes, durante e depois de despejos e remoções forçadas, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2012). Os impactos dos despejos podem ser físicos, emocionais, materiais, sociais, afetando a saúde, a educação, o bem-estar, as condições de trabalho e a sobrevivência das pessoas despejadas.



No Brasil, uma mulher negra pode levar até 184 anos para comprar uma casa própria.

Rendimento médio R\$ 2.745,76

Aluguel (30% da renda) R\$ 823,73

Cesta básica R\$ 714,65

Custo com 1 criança até 18 anos (30% da renda) R\$ 823,73

Mobilidade (11% da renda) R\$ 302,03

Comunicação R\$ 50,00

Quanto sobra? R\$ 31,62

Com R\$ 31,62 que “sobram” por mês essa mulher levaria 2.208 meses ou 184 anos, cerca de 7 gerações para comprar um imóvel de R\$ 69.828,57 e 28 anos

com auxílio do Programa Bolsa Família.

Fontes: Estudo “Sem Moradia Digna, Não Há Justiça de Gênero”, produzido pela ONG Habitat para a Humanidade Brasil, 2025. Disponível em: bit.ly/RCC_13_077

Campanha Despejo Zero: www.campanhadespejozero.org. Saiba mais no Em Destaque, na página 4 e também no Mobilize-se, na página 44.

Fonte: Material produzido pelo estudo “Sem Moradia Digna, Não Há Justiça de Gênero”, da ONG Habitat para a Humanidade Brasil, 2025

A água que sobra nos mapas, mas falta nas casas e, principalmente, para as mulheres



Água e saneamento para as mulheres significam um aumento nos indicadores de saúde e qualidade de vida; uma vida escolar com qualidade para as crianças - já que são elas as responsáveis por levar e buscar, dar banho e fazer as refeições; além da redução no tempo de trabalho doméstico - cenário que fica ainda pior quando falta água e sobra esgoto a céu aberto.

92.736 mulheres vivem sem água canalizada nas capitais brasileiras e o número chega a **2,4 milhões** em todo o país. Isso significa que quase cem mil mulheres carregam águas em baldes e utilizam potes em suas rotinas diárias nas capitais.

4.530.303 mulheres vivem em domicílios sem ligação com a rede geral de esgoto nas capitais brasileiras, número que ultrapassa os **38 milhões** em todo o país.

Nas capitais do Norte do país, os números de **mulheres vivendo em domicílios sem ligação com a rede geral de esgoto** são **8 vezes maiores** do que no Sudeste.

75.245 mulheres vivem sem banheiro próprio nas capitais, número que chega a **2,3 milhões** de mulheres em todo o Brasil.

Há **3 vezes mais** mulheres **sem banheiro próprio** nas capitais da região Norte do que nas capitais do Sudeste.

277.233 mulheres nas capitais, e mais de **9,4 milhões**, em todo o Brasil, precisam encontrar formas de descarte do lixo que lhes exigem tempo, dinheiro, deslocamento e trabalho.

As desigualdades regionais se evidenciam nas regiões Norte e Nordeste que, juntas, concentram **87% das brasileiras vivendo em domicílios sem água** fornecida pela rede geral, **72% daquelas sem esgotamento sanitário**, **72% das que vivem sem coleta de lixo no país** e **77% do total de mulheres** que têm enfrentado, cotidianamente, **a falta de um banheiro em suas casas**.



Uma em cada quatro mulheres não tem acesso à água tratada ou não é abastecida com regularidade, sendo que **40%** são mães negras e solteiras.

O número de mulheres que residem em casas sem coleta de esgoto saltou de **26,9 milhões** para **41,4 milhões** entre **2016 e 2019**, ou seja, uma taxa de crescimento de **15,5%** ao ano do número de brasileiras afetadas pelo problema.

Mulheres que não têm acesso a água tratada comprometem uma parcela maior da renda com a compra de absorventes e coletores menstruais, o impacto é **36% superior**. Para aquelas que vivem sem banheiro em casa, o esforço econômico é 64% maior.

O acesso universal ao abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto pode tirar mais de **18 milhões** de mulheres da condição de pobreza.

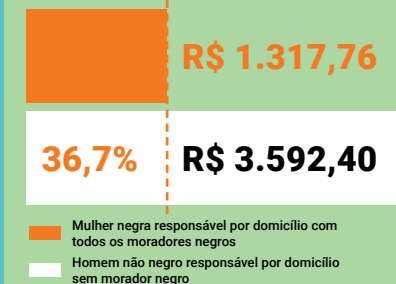
Fontes:

Estudo **"Com sede de esperança: como a violação do direito à água e ao saneamento impacta a vida das mulheres brasileiras"**, produzido pela ONG Habitat para a Humanidade Brasil, 2024. Disponível em: bit.ly/RCC_13_078

Estudo **"O saneamento e a vida da mulher brasileira"**, do Instituto Trata Brasil, de 2022. Disponível em: bit.ly/RCC_13_079

Outros indicadores: Moradia, raça e renda

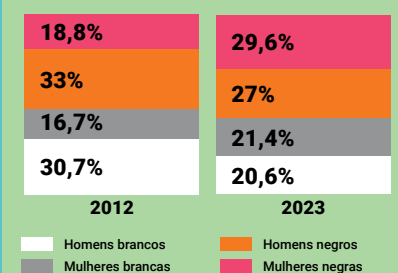
A renda média por morador dos domicílios somente com moradores negros e responsável mulher negra era de R\$ 1.317,76, em 2023, enquanto nos domicílios sem moradores negros e com responsável homem não negro era de R\$ 3.592,40. Essa proporção entre as rendas é praticamente a mesma de 2010.



Dentre as **mulheres negras responsáveis por domicílios**, a porcentagem dos domicílios com renda até 1/8 de salário mínimo por morador era quase 5 vezes maior que a dos homens brancos, em média, de 2012 e 2023.



Em 2012, homens eram maioria entre responsáveis por domicílio (64,2%). Em 2023, as mulheres passaram a ser maioria (51,8%). As mulheres negras passaram a ser o maior grupo, com aumento de 10,8 pontos percentuais (pp) no período. As mulheres brancas aumentaram 4,7 pp. Já os homens brancos diminuíram 10,1 pp e os negros 6,0 pp.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADc. Cards produzidos pelo Cedra: www.cedra.org.br

Para mudar o rumo deste cenário



Criação de políticas habitacionais e inter-setoriais que assegurem o acesso à moradia digna e a outros direitos das mulheres.



Construção de novas habitações.



Investimento em infraestrutura urbana, como saneamento básico, luz elétrica e pavimentação etc.

Melhorias habitacionais dentro dos domicílios, como instalação de pontos de água, caixas d'água, sanitários etc.



Regularização fundiária e outras medidas que garantam a segurança das mulheres contra despejos e outras violências.



#FICA A DICA: MULHERES EM LUTA



Cartilha “Se essa casa fosse minha? Eu mandava ela morar”

O material tem como proposta retratar como as dificuldades de acesso à moradia no Brasil impactam, de maneira desproporcional, a vida de mulheres negras. A publicação busca discutir as desigualdades no acesso à moradia digna, destacando como o racismo estrutural e a desigualdade de gênero agravam as condições de vida dessas mulheres, que frequentemente são chefes de família e enfrentam desafios adicionais na busca por habitação. A cartilha é fruto da parceria entre o Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC), o Movimento Sem-Teto da Bahia (MSTB) e a Habitat para a Humanidade Brasil.

>> Acesse em: bit.ly/RCC_13_074



Documentário “Eu moro aqui”

A produção, elaborada em 2024 pela Habitat para a Humanidade Brasil, traz histórias, principalmente de mulheres negras, que contam suas vivências, resistências e construção coletiva em defesa do direito à moradia. O documentário retrata o dia a dia da Ocupação Quilombo Carolina Maria de Jesus, em Salvador (BA) e da Ocupação Luiz Gomes, em Campina Grande (PB).

>> Assista em: bit.ly/RCC_13_075



EM PAUTA



Alagamento no Jardim Pantanal, em São Paulo (SP). Foto: Raul Batista

DESLOCAMENTOS POR CRISES CLIMÁTICAS AUMENTAM E MILHÕES PRECISAM DEIXAR SUAS CASAS AO REDOR DO MUNDO

No Brasil, cenário se agrava devido também a crimes socioambientais provocados por empreendimentos em diferentes estados.

Por Susana Sarmiento

“A questão da moradia faz parte da reflexão mais ampla sobre meio ambiente: moradia tem a ver com nosso jeito de habitar a Casa Comum e, com isso, de cuidar dela. Tudo está interligado: a maneira como habitamos o Planeta, nossas cidades e nossas casas influem na vida de todas as criaturas; por sua vez, o bem-estar de todas as criaturas que habitam a Terra e o equilíbrio dos ciclos da vida impactam sobre a segurança de nossas casas”, reflete padre Dário Bossi, assessor da Comissão Especial para a Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Porém, como ressalta Dário, infelizmente a humanidade continua atuando numa dinâmica que separa o ambiental do social, o campo da cidade e assim por diante. Essa lógica tem tido consequências devastadoras. A crise climática está forçando milhões de pessoas a deixarem seus territórios por não terem mais condições de viverem neles.

“São chamados de migrantes climáticos, ou até de refugiados climáticos, que é uma categoria nova, introduzida pela Organização das Nações Unidas [ONU], para tentar regulamentar o direito destas pessoas receberem asilo e proteção em outras terras, já que não há condição alguma

delas viverem onde nasceram”, explica Dário, destacando que tratam-se de regiões profundamente afetadas por secas prolongadas, ou por inundações descontroladas, ou em setores das cidades afetados pelo levantamento da superfície do mar.

Recife, por exemplo, é a capital brasileira mais ameaçada pelo avanço do nível do mar, de acordo com o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) da ONU. A capital pernambucana ocupa a 16ª posição entre as cidades do Planeta que correm mais risco.

Segundo o relatório *Sem escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado*, divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em novembro de 2024, dos 123 milhões de deslocados forçados no mundo, 90 milhões vivem em países com alto risco climático. Só entre 2023 e 2024, o número cresceu em cinco milhões. Em uma década, 220 milhões de deslocamentos internos ocorreram por causas climáticas — uma média de 60 mil por dia. Muitas dessas pessoas enfrentam sucessivos episódios de vulnerabilidade.

Durante as enchentes de 2024, no Rio Grande do Sul, que deixaram milhares de famílias desabrigadas, Anne Dominique, refugiada haitiana no Brasil há sete anos e presidente da Associação dos Haitianos no país, tornou-se referência em solidariedade.

“Quando eu vi aquela situação das enchentes e a água subindo cada vez mais, eu me lembrei de 2010 do terremoto que fui vítima no Haiti. Fiquei três dias embaixo dos escombros, eu sei como é perder tudo. No primeiro dia, fui no abrigo e lembro que passei a noite toda ajudando a comunidade, mandando mensagem, tentando proteger quem conseguia e salvando o máximo de coisas. Lá no abrigo, não tinha a questão de refugiado ou imigrante, todos estavam na mesma situação”, conta. Ela não perdeu seu lar e nenhum familiar, mas abrigou diversas famílias haitianas em sua casa.

Junto com a Associação dos Angolanos e dos Senegaleses, mobilizou doações e, também, ajudou inúmeros haitianos a acessarem seus auxílios emergenciais do governo, por meio da tradução dessas informações e identificando o que eles precisavam de recursos básicos.

De acordo com o ACNUR, 43 mil dos cerca de 600 mil atingidos pelas cheias eram refugiados ou solicitantes de proteção internacional. “Nem todos estavam preparados para acolher. Houve xenofobia em alguns abrigos”, denuncia Anne. A maioria vivia em áreas de risco devido às dificuldades financeiras. “Com salários baixos, muitas famílias não conseguem adquirir uma casa fora de zonas perigosas”, completa.

O relatório *Quando a água toma tudo - Impacto das cheias no Rio Grande do Sul*, da Anistia Internacional, aponta que as enchentes de 2024 foram o maior desastre hidrológico do país,

com dois milhões de afetados, 600 mil deslocados, 184 mortes e prejuízo de R\$ 100 bilhões. Todos os quilombos e 70% das terras indígenas do estado foram impactados.

Padre Dário Bossi destaca que o planejamento urbano inadequado agrava ainda mais as vulnerabilidades, como ficou claro nas enchentes do Rio Grande do Sul. “A ocupação irregular e a falta de infraestrutura transformam desastres naturais em tragédias humanitárias”, explica.

Dados revelam a urgência

Entre 2013 e 2022, mais de 2,2 milhões de moradias foram danificadas por desastres naturais no Brasil, afetando diretamente 4,2 milhões de pessoas, segundo o estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Os prejuízos financeiros calculados ultrapassam os R\$ 26 bilhões, um impacto profundo na economia e na vida das comunidades atingidas. A Região Sul do país lidera em número de moradias afetadas, com mais de um milhão danificadas e 54 mil totalmente destruídas.

Patrícia Monteiro, assistente de planejamento de abrigos da ACNUR em Boa Vista (RR), ressalta: “Não dá mais para separar moradia e meio ambiente. Essa separação é um erro do passado, que só alimenta ciclos de destruição e exclusão.” Coordenando ações emergenciais no Rio Grande do Sul, ela participou da criação de abrigos humanitários e centros de acolhimento, com apoio de organizações internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

“Faltam planos de contingência efetivos e estruturas preparadas para respostas rápidas e coordenadas”, alerta Patrícia, lembrando que, apesar da existência de boa legislação, sua implementação ainda é lenta para proteger as populações mais vulneráveis.

Crimes socioambientais

No Brasil, além dos deslocamentos por conta da crise climática, há o agravante dos crimes socioambientais, que geram impactos devastadores. A Lei 9.605/1998 define essas infrações, que incluem desmatamento ilegal, contaminação de solos, mineração predatória e expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios. Tais ações não apenas danificam o meio ambiente, como também amplificam injustiças sociais.

Em 2023, foram registradas 901 ocorrências de conflitos relacionados à mineração no país, por exemplo, de acordo com o relatório *Conflitos da Mineração no Brasil 2023*, realizado pela Universidade Federal Fluminense e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Esses conflitos envolvem disputas por territórios, direitos das comunidades tradicionais e impactos ambientais severos, intensificando o ciclo de deslocamento e vulnerabilidade.

Brumadinho: seis anos de dor

O rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Brumadinho, Minas Gerais, em 2019, é um desses casos que segue como uma ferida aberta. “Perdemos parentes, nossos vizinhos, a nossa identidade de lugar. Hoje não me reconheço nem sinto mais vontade de estar lá”, afirma a técnica de segurança do trabalho Clara da Silva*, nascida e criada na comunidade do Córrego do Feijão.

Ela ia todos os dias do local onde trabalhava em uma fábrica de antepastos até a casa dos seus pais, que ficava a 200 metros de onde rompeu a barragem. Precisou desocupar sua casa, não pela lama tóxica, mas pelo abalo na infraestrutura do fluxo constante de máquinas pesadas e aviões na região durante a operação de resgate. Hoje vive com suas duas filhas e sua mãe na cidade de Sarzedo, localizada a 40 minutos de Brumadinho. Antes de se fixar no novo lar, morou em três lugares diferentes.

“A Vale me tirou o que o meu pai havia me deixado. Não tem dinheiro que pague isso”, desabafa. Sua irmã sofreu complicações na gestação e sua mãe desenvolveu demência precoce após múltiplas mudanças forçadas de residência.

A tragédia deixou 272 mortos, espalhou 13 milhões de m³ de lama tóxica e contaminou o Rio Paraopeba até o Rio São Francisco. As organizações Greenpeace e SOS Mata Atlântica apontam que 300 km de rio estão impróprios para uso e que 138 hectares de floresta foram destruídos. As ações judiciais contra a Vale e a TÜV Süd continuam sem decisões definitivas.

A cidade que afundou: Maceió



Valdemir dos Santos em Maceió (AL). Foto: Arquivo pessoal

Enchentes e solidariedade no Sul do Brasil



Anne Dominique atuando durante enchentes no RS. Foto: Arquivo pessoal

Em Maceió (AL), mais de 60 mil moradores foram forçados a se deslocar pelo afundamento de cinco bairros (Bebedouro, Pinheiro, Montage, Bom Parto e Farol), resultado da extração de sal-gema na capital alagoana pela empresa Braskem. Considerado o maior desastre ambiental em área urbana do país, os primeiros tremores de terra foram registrados em 2018, com afundamentos no solo e rachaduras em centenas de imóveis.

Valdemir dos Santos, comerciante do bairro Flexal, perdeu três negócios. “Ficamos sem escolas, igrejas, açougues. Nosso bairro virou um canteiro de obras que não nos inclui.” Ele participa do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) e rejeita propostas de indenização consideradas irrisórias.

Caminhos possíveis

O assessor da CNBB, padre Dário Bossi, ressalta que, tanto os crimes socioambientais, como os deslocamentos climáticos podem e devem ser prevenidos. Em sua avaliação, os primeiros dependem do rigor do licenciamento ambiental, da responsabilização criminal e pecuniária dos autores de tragédias provocadas, da segurança na qualidade de vida e moradia das pessoas. Já os segundos, são efeitos de decisões e modelos de produção e consumo mais amplos e complexos, que precisam mudar, mas que dependem de acordos multilaterais e compromissos históricos.

“Estamos falando, por exemplo, da retirada dos combustíveis fósseis para transporte e energia, de zerar muito rapidamente o desmatamento e, contemporaneamente, estruturar políticas de reflorestamento e reparação ambiental, da transformação de nossa economia na perspectiva da redução do consumo e do desperdício, na descentralização da conversão e do uso energético etc.”, indica.

* O nome da entrevistada foi alterado para manter sua privacidade e segurança.

Confira as histórias com mais detalhes na matéria completa publicada no site da Revista Casa Comum: bit.ly/MoradiaEMeioAmbiente



A 10ª edição da Revista Casa Comum, que teve como tema “Somos natureza: a necessária conversão ecológica”, traz diversos relatos e iniciativas que mostram os desafios gerados pela emergência climática e possíveis caminhos e soluções.

Confira em: bit.ly/RCC_10EDICAO



Fique por dentro

- Estudo Técnico da Confederação Nacional dos Municípios: bit.ly/RCC_13_031
- Lei 9.605/1998: bit.ly/RCC_13_032
- Relatório “Sem escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado”: bit.ly/RCC_13_033
- Relatório “Conflitos da Mineração no Brasil 2023”: bit.ly/RCC_13_034
- Relatório “Quando a água toma tudo - Impacto das cheias no Rio Grande do Sul”: bit.ly/RCC_13_035

Locais alagados pela enchente no município de Eldorado do Sul, em junho de 2024. Foto: Bruno Peres / Agência Brasil



EM PAUTA



Terra Indígena 7 de setembro. Foto: Jonne Wagner Alves Pereira

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR QUILOMBOLAS E INDÍGENAS PARA GARANTIR O DIREITO À HABITAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS

Por Luciene Kaxinawá*



Para povos indígenas e comunidades quilombolas, o direito à moradia está totalmente ligado ao direito ao território. Essa relação vai muito além da simples posse de uma casa; ela engloba a garantia de um espaço que permita a continuidade de seus modos de vida, culturas, tradições e sua própria existência enquanto coletividade.

Para essas comunidades, o território não é apenas um local físico, mas um elemento fundamental da identidade cultural e espiritual. É onde suas histórias se desenvolveram, suas práticas sociais e econômicas são exercidas, suas crenças se manifestam e a transmissão de conhecimentos de geração em geração acontece. É impossível falar de moradias sem falar em territórios nesse contexto.

O que a legislação brasileira diz sobre direito ao território

A Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental ao reconhecer os direitos desses povos:

- **Povos indígenas** (Art. 231 e 232): a Constituição reconhece aos indígenas seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Essas terras são bens da União, mas a posse permanente e o usufruto exclusivo são dos povos indígenas. A demarcação é um processo administrativo que visa concretizar esse direito. A população indígena hoje no Brasil é de mais de 1,7 milhão em todo o território nacional, inclusive em contextos urbanos, no qual muitos enfrentam diversas dificuldades (veja mais sobre o assunto na matéria Em Pauta da 9ª edição da Revista Casa Comum: bit.ly/RCC_13_036)
- **Comunidades quilombolas** (Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT): a Constituição garante às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade definitiva de suas terras, devendo o Estado emitir os títulos de domínio. De acordo com dados do Censo de 2022, o Brasil tem mais de 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. Apesar da previsão legal, a efetivação desses direitos enfrenta diversos desafios, como a morosidade nos processos de demarcação e titulação, invasões, conflitos fundiários e a falta de políticas públicas adequadas.

Portanto, quando falamos em direito à moradia para indígenas e quilombolas, é fundamental entender que se trata de um conceito amplo que abrange o direito coletivo e ancestral ao seu território tradicional, garantindo a sobrevivência física e cultural dessas comunidades. Exemplo disso é o Quilombo do Camorim, no Rio de Janeiro, que segue há 20 anos em processo demarcatório.

O quilombo se dá a partir de 1522 na edificação do Engenho do Camorim. Camorim foi a primeira casa grande edificada,

quando chegam os negros bantos de Angola, sendo que ali já existiam os Tamoios e os Tupinambás.

Para Adilson Almeida, liderança quilombola e diretor da Associação de Quilombolas do Rio de Janeiro (Acquilerj), que representa 53 dos 54 quilombos no estado, o seu território é mais que só um pedaço de terra. “Esse lugar de resistência, como costume chamar, é um espaço em que estou mantendo a memória sempre viva, dos nossos povos tradicionais. Eu falo ‘os nossos povos’, pois trago os indígenas porque estão aí, invisíveis também, como os quilombolas. Não tem como a gente não entrelaçar as nossas histórias. Por isso, é preciso manter essas memórias sempre vivas e deixar os legados para a nova geração”, afirma Adilson.



Adilson Almeida, do Quilombo do Camorim. Foto: Arquivo pessoal

Na avaliação da liderança, o Brasil é um dos piores países para se tratar dos direitos dos povos tradicionais indígenas e quilombolas. De acordo com a segunda edição da pesquisa *Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil*, realizada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a Terra de Direitos, entre 2018 e 2022, houve 32 assassinatos em 11 estados. Ainda de acordo com o estudo, as principais causas desses ataques foram conflitos fundiários e violência de gênero. Ao menos 13 quilombolas foram mortos no contexto de luta e defesa do território.

“O direito à terra é um direito nosso, mas ele é negado a todo instante. A gente precisa provar que temos os documentos. Nós temos documentação para isso, mas faltam mais ações governamentais. Realmente se comprovou, então vai lá fazer a demarcação! Aqui no Quilombo do Camorim, demos

entrada na certificação territorial pela Fundação Cultural Palmares [processo pelo qual comunidades quilombolas são reconhecidas oficialmente como remanescentes de quilombos] em 2004. Recebemos o primeiro registro, que foi a certidão de reconhecimento, 10 anos depois. O RTID [Relatório Técnico de Identificação e Delimitação], que é parte da regularização fundiária, está até hoje em andamento. Faz mais de 20 anos e não foi concluído todo o processo. Então a gente sofre pressões e muitos vêm sofrer com a própria vida”, reforça Adilson.

Infelizmente, a violência no campo é uma situação que preocupa e cresce a cada ano. Em 2024, de acordo com a 39ª edição da publicação *Conflitos no Campo Brasil*, feita pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de registros de intimidações subiu de 192 a 221 (2023 a 2024) e as tentativas de assassinato passaram de 72 para 103, um salto de quase 50%. Ainda em relação às tentativas de assassinato, 79% das vítimas são indígenas, sendo mais da metade delas, 52%, do estado do Mato Grosso do Sul, com os principais causadores identificados como fazendeiros, em áreas de retomada (veja matéria completa no *site* da Revista Casa Comum: bit.ly/RCC_13_037)

“O território e o nosso corpo é um só, não tem como fugir. Por isso, quando se fala dos nossos ancestrais, é isso: está no tempo e no vento, na água, na floresta, em cada canto de pássaro... Então, o território precisa ser habilitado. São memórias passadas e a existência atual ali. Se retiram a nossa moradia, a educação, a saúde, a gente perde tudo. Aí vai perdendo a identidade. E é sobre isso: resgatar nossa identidade para manter a luta e o corpo e a mente sempre estáveis”, diz a liderança quilombola.

A semelhança na luta pelo reconhecimento de demarcação de territórios em comunidades indígenas

O Povo Indígena Wajuru tem seu território localizado na fronteira entre Bolívia e Brasil, mais precisamente na comunidade Porto Rolim de Moura do Guaporé, no município



Placas de território reivindicado - Território Wajuru. Foto: Arquivo pessoal

de Alta Floresta d’Oeste, estado de Rondônia. O povo vem enfrentando, nos últimos anos e, atualmente, com maior intensidade, uma série de invasões e violências que têm colocado em risco a permanência, a segurança e o bem-estar das comunidades tradicionais.

A reivindicação do Povo Wajuru pelo direito ao reconhecimento do território, assim como do Quilombo do Camorim, dura mais de 20 anos. O processo teve início em 2002, mas, apenas em junho de 2005, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) iniciou os estudos de delimitação das terras reivindicadas. Mesmo assim, atualmente, o processo de reconhecimento está parado por omissão dos órgãos competentes. Tal morosidade tem prejudicado os direitos fundamentais do Povo Wajuru, colocando-os numa situação de extrema vulnerabilidade social, econômica e política.

“Hoje, para a gente parente [como um indígena chama outro], é como se fôssemos uma criança sem certidão de nascimento, porque a saúde indígena, a educação, tudo nos negam porque não temos o território demarcado. É como se todo o tempo a gente tivesse que provar a nossa ancestralidade, lutar e resistir. A gente está aqui! A gente vem nessa batalha assim há muito tempo e, enquanto isso, a invasão no nosso território aumentou”,

lamenta a liderança indígena Najela Wajuru.



Liderança indígena Najela Wajuru. Foto: Arquivo pessoal

Hoje esse território tem quatro sítios arqueológicos reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mesmo assim, o local está sendo escavado para a construção de uma obra que envolve a prefeitura de Alta Floresta d'Oeste e o governo de Rondônia.

"Todo mundo sabe que não pode escavar nada porque é um grande sítio arqueológico. É doído ver as pessoas cavando nossos parentes, nossos ancestrais". Najela fala ainda sobre os desafios da não demarcação em seu território, que envolve segurança e moradia. "Hoje, o nosso território faz fronteira com a Bolívia e temos aliciamento de pessoas para tráfico de

drogas, de prostituição, não temos segurança, estabilidade. Nosso território é diferenciado porque a Cacica é uma mulher, a única do Estado de Rondônia. Só que ela tem que andar escoltada, assim como os seus filhos. Nós temos pajé mulher e as nossas lideranças indígenas são mulheres. A demarcação do nosso território seria uma segurança para o nosso futuro. Sem o território, nós não temos moradia segura", desabafa a liderança indígena.

Por que o direito ao território é o direito à moradia para indígenas e quilombolas?

- **Identidade e cultura:** A cultura indígena e quilombola é territorializada. Suas casas, roças, rios, matas, locais sagrados e cemitérios estão todos no território. Sem ele, a reprodução de seus modos de vida, rituais e conhecimentos ancestrais se torna impossível.
- **Autonomia e autodeterminação:** O direito ao território garante a autonomia dessas comunidades para gerir seus próprios recursos, decidir sobre seu futuro e manter suas estruturas sociais e políticas. Essa autonomia é crucial para que possam viver de acordo com suas próprias regras e valores.
- **Segurança alimentar e sustentabilidade:** O território provê os recursos naturais essenciais para a subsistência dessas comunidades, como alimentos, água, medicamentos e materiais para a construção de suas moradias.
- **Proteção ambiental:** Os povos indígenas e quilombolas são guardiões de vastas áreas de biodiversidade. A demarcação e proteção de seus territórios contribuem diretamente para a conservação ambiental e para o enfrentamento das mudanças climáticas, beneficiando a sociedade como um todo.
- **Reparação histórica:** Para os quilombolas, o direito ao território é uma forma de reparação histórica pela escravidão e pela privação de terras. Para os indígenas, é o reconhecimento de seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, anteriores à própria formação do Estado brasileiro.

***Luciene Kaxinawá** – primeira jornalista e apresentadora indígena da TV brasileira. Há 10 anos exerce a profissão. Atualmente, é apresentadora no Canal Futura e colunista Terra. É premiada nacional e internacionalmente pelo seu profissionalismo e representatividade. @lucienekaxinawa

ESTAÇÃO CRIANÇA



Crianças convivem em meio ao descaso social na Comunidade México 70, em São Vicente (SP). Foto: Raul Batista

COMO AS MORADIAS (OU A FALTA DELAS) IMPACTAM NO DIA A DIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

A falta de espaço adequado para estudar ou até mesmo dormir pode prejudicar o desenvolvimento dos jovens.

Por Joanna Cataldo do COLO – Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil*

Já pensou como as casas são importantes nas nossas vidas? É nelas que nós brincamos, estudamos, dormimos, comemos e podemos passar boa parte do tempo. O Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA, afirma que todas as crianças e adolescentes têm direito à vida e à saúde. Segundo especialistas que estudam a infância, para que isso seja cumprido, é importante que elas tenham uma casa com boas condições.

Mas, no Brasil, essa não é a realidade de todas as crianças. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 59 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza no país. Isso faz com que muitas pessoas não tenham dinheiro suficiente para morar em uma casa adequada.

Saúde em risco

O mesmo IBGE afirma que 2,5 milhões de brasileiros vivem em moradias precárias, ou seja, moram em casas que foram construídas com técnicas e materiais de baixa qualidade, como as que são feitas com madeira velha e tapumes (um tipo de barreira feita com pedaços de pau). “Se a casa tem paredes úmidas, ausência de forro e acúmulo de poeira, acaba se tornando um ambiente propício para problemas respiratórios”, explica a pediatra Natasha Barreto. “Ao mesmo tempo, se a pessoa mora em um lugar em que o esgoto passa perto da casa dela, onde não há sempre água de qualidade e em que o lixo fica acumulado, ela fica mais exposta a contrair doenças também, como dengue e tuberculose.”

Natasha, que é membro do Movimento Médicos pelo Clima, que luta para proteger as pessoas dos efeitos das mudanças climáticas, lembra que muitas casas no Brasil estão localizadas em lugares que têm grandes chances de sofrer com chuvas fortes. Com o avanço do aquecimento global, que aumenta a temperatura média do planeta, os temporais devem se tornar mais frequentes e intensos, o que aumenta as chances de desastres acontecerem nesses locais de risco.

“

Todos os anos, nós vemos no Brasil casos em que chuvas fortes provocam deslizamentos de terra, enchentes e mortes, além de deixarem muitas pessoas desabrigadas. Aqueles que moram em áreas de risco, como na beira do rio ou em encostas, podem viver com um medo muito grande de um desastre acontecer na sua casa, o que também prejudica a sua saúde mental.”

Ensino prejudicado

Uma casa com condições precárias também pode dificultar os estudos da criança, como explica Mohema Rolim, da organização não governamental Habitat para a Humanidade Brasil, que luta por moradias adequadas para todos.

“

Na teoria, quando a criança vai para a escola, ela tem um lugar adequado para estudar. Mas, muitas vezes, quando ela volta para casa, não tem uma luz boa e um espaço bom para fazer as tarefas de casa ou se preparar para as provas.”

Mohema também explica que outro problema que afeta o desenvolvimento das crianças é o fato de muitas dormirem em quartos com muitas pessoas, devido à falta de espaço nas moradias.

Especialistas em desenvolvimento infantil apontam que crianças e jovens que passam por isso podem sofrer com a falta de privacidade, espaço limitado para dormir (no caso dos que dividem a cama com outras pessoas), aumento das brigas com parentes, entre outros problemas. Nessas situações, podem desenvolver estresse, dificuldade para dormir, ansiedade e outras questões que afetam o seu cotidiano – e que podem prejudicar o seu rendimento na escola.

Imóveis abandonados

Sem dinheiro para pagar aluguel ou comprar uma casa, muitas pessoas passam a viver nas chamadas ocupações, que são casas, prédios ou terrenos abandonados pelos donos.

A Constituição Federal, que é o principal conjunto de leis do país, determina que todos têm direito à moradia e que todos os imóveis devem ter uma utilidade – ou seja, não podem ficar abandonados. A lei, portanto, determina que, se um local não estiver sendo utilizado de alguma forma pelo dono, o governo deve tomar alguma providência.

Muitas vezes, as pessoas que não têm onde morar passam a viver em lugares abandonados mesmo sem ter autorização do dono do imóvel ou da prefeitura. Com isso, elas têm uma casa onde viver e, ao mesmo tempo, pressionam o governo para que tire aquele imóvel do proprietário, que não está usando o local, e autorize pessoas que têm pouco dinheiro a morarem ali.

Vitória Santos, de 12 anos, e Manuela Ferreira, de 8, são primas e moraram há mais de um ano na Ocupação Nove de Julho, um prédio na cidade de São Paulo. “Eu fazia várias coisas lá: ia nas oficinas em que você podia pintar telas ou criar coisas. Eu também gostava de ir para a brinquedoteca e de ir, de vez em quando, na quadra”, conta Vitória.



Vitória Santos. Foto: Arquivo pessoal

Manuela, por sua vez, tem ótimas memórias dos eventos que aconteciam na ocupação. “Eu gostava muito de ir na festa do Dia das Crianças! Tinha algodão-doce, piscina de bolinha, pula-pula inflável, doces... E as festas juninas também eram muito legais. Tinha milho, cachorro-quente, músicas...”

Manuela Ferreira. Foto: Arquivo pessoal



Hoje, as duas moram em um outro edifício em São Paulo. No passado, esse prédio também era uma ocupação, mas a situação do imóvel já foi regularizada e hoje as pessoas têm autorização oficial do governo para viver ali.

Atualmente, no Brasil, 142 mil famílias moram em ocupações. Apesar do que diz a lei, muitas vezes, os governos não dão autorização para que os imóveis sejam ocupados e acabam expulsando os moradores dali. Assim, é comum pessoas que vivem nesses locais terem medo de serem mandadas embora e ficarem sem ter onde morar.

Mesmo que algumas ocupações contem com atividades e espaços de lazer, como hortas, brinquedotecas e quadras, muitas delas apresentam problemas de infraestrutura e higiene, que colocam em risco a saúde, segurança e qualidade de vida dos moradores.

Possíveis soluções aos problemas de moradia

Diante de tantos desafios, a pediatra Natasha acredita que é necessário agir.

“

A população deve cobrar que o poder público faça algo em relação às pessoas que vivem em áreas de risco, como levá-las para lugares seguros antes que os problemas aconteçam, assim como melhorar o acesso aos serviços, como saneamento básico e acesso à água de qualidade nas casas.”

Em relação à parte de dentro das casas, Mohema defende que os governantes precisam trazer novas soluções, como criar um programa que resolva os problemas de estrutura de casas em que as pessoas já moram, e não só construir outras moradias.

* O **COLO** é uma iniciativa criada no início de 2022 por jornalistas e comunicadores que atuam em diferentes frentes da produção de conteúdos midiáticos para crianças e adolescentes, além de pesquisadores da área. Saiba mais em: www.coletivocolo.com.br

NA PRÁTICA



Atividades de mobilização em Santos (SP), realizadas pelo Instituto Elos. Foto: Paulo Pereira

A FORÇA DA COLETIVIDADE NA REALIZAÇÃO DO SONHO DA CASA DIGNA

Conheça iniciativas pelo país que buscam a garantia do direito à moradia de forma colaborativa, a partir de muita resistência e incentivo.

Por Fabiana Pereira

“Vivi entre duas periferias de São Paulo, Jaraguá e Brasilândia, e por ter crescido com várias ausências, senti a necessidade de fazer alguma coisa. A motivação veio desse meu lugar de incômodo, daquela menina que não tinha um parquinho para brincar”. Assim Gabriela Alves, cientista social e urbanista social de 27 anos, explica por que fundou a empresa social Gota do Oceano, que oferece soluções colaborativas e repertório de organização e participação cidadã em ocupações vulnerabilizadas na periferia de São Paulo (SP). As ações incluem um diagnóstico ativo e participativo e o envolvimento mão na massa a fim de potencializar a luta dos moradores por casas dignas.

O laboratório social criado no fim de 2023 ganhou esse nome por causa do apelido de adolescência da própria Gabriela, que era Gota do Oceano, ou apenas Gota. “Sou uma parte pequena, mas não estou sozinha, sou parte de um todo. Com outras pessoas que acreditam e podem transformar, nós nos tornamos um oceano. Sempre gostei bastante dessa analogia”, conta a jovem.

A iniciativa surgiu como trabalho de conclusão em uma pós-graduação de urbanismo social que coincidiu com a demanda de um financiador estrangeiro. “Na época, eu sentia muita falta de ferramentas práticas para intervir na realidade”. Operando como uma ponte entre as comunidades e o investidor social ou o poder público, o Gota do Oceano tem um leque de soluções, mas cada uma é adaptada para as realidades locais.

Na ocupação Nova Esperança, no Jardim São Luís, na zona sul da capital paulista, a empresa promoveu um trabalho de dez meses que escutou os moradores, realizou mutirões de limpeza e terminou com a reforma da cozinha comunitária, que é o espaço de sociabilidade, e com a ampliação de uma praça em frente, hoje ocupada pelas pessoas, além de revitalização de jardim agroecológico e canteiros. A cozinha e a praça foram construídas de forma removível, para que possam ser levadas, caso os moradores percam o processo fundiário e precisem se mudar.

Como consequência da mobilização, a cozinha autoconstruída tornou-se, logo depois, uma espécie de centro cultural da comunidade, com oferta de reforço escolar e de cursos formativos para o trabalho, e houve a formalização do Instituto Cuca, nome da líder local.



Fazemos entregas de urbanismo tático, que são pequenas respostas rápidas, participativas e baratas para podermos construir *designs* sociais que de fato façam sentido para os moradores dessas ocupações e para os parceiros. O urbanismo tático é uma forma de mobilizar e fazer mudanças rápidas para que os grupos se tornem mais engajados e articulados para seguirem em suas lutas maiores, como com o poder público”,

explica Gabriela.

Já na comunidade Savoyzinho, em Itaquera, na zona leste de São Paulo, o desafio foi outro. Os moradores da ocupação, que vivem em cima de dutos de gasolina, desejavam ter jardins, mas a terra é insalubre, e, ao mesmo tempo, um investidor social estava interessado em incentivar a prática de esportes. A solução do Gota do Oceano e dos moradores foi a criação de vários jardins suspensos, com ervas para alimentação, junto com a pintura coletiva de casas, que contou com a ajuda extra de alguns voluntários. Tudo isso não invalidou a oferta esportiva. Pelo contrário: “Nesse lugar de transformação, os moradores conseguiram dialogar, trocar e começaram a melhorar a convivência e a organização para crianças e adultos participarem das atividades esportivas. Foi uma resposta de urbanismo tático para mobilizar esse lugar coletivo”, relata.

Para Gabriela, esse exercício cidadão que começa com pequenos exemplos práticos, como a reforma de um espaço em comum, “ajuda a fazer fluir melhor a organização do movimento de moradia, porque todos que dividem a mesma dor se fortalecem e se articulam para contatar o poder público e dar continuidade às ações e à construção das suas casas, que é o grande sonho”.

Mais experiências pelos quatro cantos do país



Associação Sítio do Campo, em Praia Grande (SP): Foto: Acervo União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)

A autogestão na habitação é uma das formas pelas quais vários movimentos de moradia no Brasil têm concretizado o sonho da casa própria. Por esse modelo, a comunidade organizada gere todo o processo, ao lado do poder público: define o terreno, o projeto das habitações, a equipe técnica, as formas de construção e as áreas comuns e controla ativamente os recursos públicos e o andamento da obra.

“

Na autogestão, as pessoas são protagonistas da solução da sua moradia e fazem a gestão do recurso público sem a finalidade de lucro, como seria o caso das construtoras, assegurando, assim, o direito à habitação pela coletividade”,

conta Evaniza Rodrigues, assistente social, mestre em Arquitetura e Urbanismo, membro da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e militante da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP). Desde sua criação em 1987, a organização já foi responsável pela construção ou reformulação de mais de 30 mil imóveis no estado de São Paulo.

A adoção da autogestão como um caminho tem desafios, segundo Evaniza. Os principais são romper nas pessoas a concepção de moradia como mercadoria e introduzir a ideia de moradia como direito; compreender que a saída para a falta de moradia, que é um problema de toda a sociedade, se dá pelo processo coletivo, não pela ação individual e isolada; e lidar com a resistência e o desestímulo das políticas públicas aos processos de organização da população, que acabam evitando que as pessoas descubram a força que têm quando estão juntas.

Entre suas ações, a UMM-SP oferece formações esporádicas para lideranças e para técnicos, elabora propostas de políticas públicas ou de melhorias das políticas já existentes e mantém parcerias com representantes da economia solidária.

Resultado de persistência e luta

Assim pode ser definida a conquista de cerca de 1.200 moradores da Vila Progresso, em Santos (SP), que conseguiram judicialmente, em 2025, o direito à propriedade de suas casas, após 11 anos de mobilização organizada. As casas haviam sido construídas em um terreno alugado, o que configurava uma situação inusitada, pois as 300 famílias possuíam casas próprias e pagavam o aluguel de uso do terreno (o chamado “aluguel de chão”), mas sem serem donas dele, apenas das casas.

Esse problema remonta ao fim dos anos 1950. Devido a um desmoronamento de morro na cidade litorânea que afetou as famílias, a prefeitura recorreu à época à proprietária do terreno para abrigá-las, por falta de uma política habitacional. Os anos foram se passando, as casas foram sendo erguidas nos terrenos e o Brasil só aprovou a lei dos

loteamentos em 1979, que passou a regularizar a venda de novas glebas.

A partir do auxílio do Instituto Elos, que prestou assessoramento técnico e orientação para que se mobilizassem pela regularização, e de um especialista em regularização de áreas particulares, os moradores abriram uma ação coletiva na Justiça. Foram fundamentais no processo a organização das próprias famílias por meio da criação da Associação da Vila Progresso e a atuação da Defensoria Pública.

“As famílias aprenderam a se organizar e a esperar, depois de períodos de descrença e de desmobilização devido aos muitos anos de luta. Aprenderam também como cada fase é importante, assim como a presença e a força da coletividade”, analisa Thais Polydoro, diretora-executiva do Instituto Elos, que gerenciou a assessoria à comunidade.

Saúde e habitação



Iniciativa do projeto Habitação Saudável. Foto: Arquivo Fiocruz

Abrir uma janela em uma casa em uma comunidade pode gerar qualidade de vida, promover a saúde e prevenir doenças. Essa melhoria simples e acessível com alto potencial de benefício fez surgir, no Complexo de Manguinhos, na zona norte do Rio de Janeiro (RJ), o projeto Habitação Saudável.

A iniciativa foi criada em 2020 por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de início, para controlar a tuberculose na região, que era mais frequente em habitações precárias, mas acabou sendo modificado, devido à pandemia de Covid-19, e resultou em vídeos gratuitos de qualificação dos moradores, capacitação de 130 agentes comunitários de saúde, confecção e distribuição às famílias de cartilhas com indicação de materiais de baixo custo e produção e divulgação de um documentário.

Nos materiais de amplo acesso, os pesquisadores mostram que casas com infiltração, mofo, lixo acumulado, pouco iluminadas, sem ventilação ou com muitas pessoas aglomeradas podem provocar doenças.



Material elaborado pela Fiocruz. Disponível em: bit.ly/RCC_13_081

“

O lugar onde se vive afeta sua saúde física, mental e emocional. Doenças como asma, bronquite e alergias podem ser agravadas”,

explica Simone Cynamon, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), que é a responsável pelo projeto.

Para isso, saídas simples e baratas incluem manta líquida de impermeabilização no teto, tijolos vazados (cobogós) e pressão ao poder público para a realização da coleta do lixo. Para ser posta em prática, essa iniciativa da Fiocruz contou com recursos de uma emenda parlamentar e, atualmente, espera a liberação de mais verbas para ser continuada e expandida pelo estado do Rio.



Fique por dentro

- Autogestão: autogestao.unmp.org.br
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz): fiocruz.br
- Gota do Oceano: [@gotadoceano.lab](https://gotadoceano.lab)
- Instituto Elos: institutoelos.org



Tijolo compactado para a construção de moradias no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, em Macaé (RJ).
Foto: Setor de Comunicação MST

ALÉM DA TERRA: A LUTA POR MORADIA NA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Por Miguel Enrique Stédile*

A luta pela terra e pela Reforma Agrária passou por muitas transformações desde a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) há 41 anos. Por um lado, o chamado agronegócio impôs um modelo de monocultura de *commodities* para exportação com uso intensivo de agrotóxicos, concentração de terras e exploração do trabalho e da natureza, ameaçando o Planeta e as comunidades. Por outro, a própria compreensão dos Trabalhadores Sem Terras se ampliou para além da luta para democratizar o acesso à terra para a ideia de uma Reforma Agrária Popular. Esse conceito articula a produção de alimentos saudáveis, o cuidado com os bens comuns da natureza e o chamado Bem Viver.

Certamente, essas reflexões são também resultado dos encontros dos movimentos sociais com o Papa Francisco, realizados desde 2014, em que as ideias do “cuidado com a Casa Comum”, da “Economia de Francisco e Clara” e a síntese de Francisco, “nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que provém do trabalho”, encontraram ressonância na teoria e prática dos movimentos populares.

A ideia de Reforma Agrária Popular também provocou as famílias Sem Terras, acampadas e assentadas, a pensarem seus territórios e modos de vida numa perspectiva mais ampla. Assim como o Planeta e a terra conquistada, a moradia também é, para o camponês, a Casa Comum. A sociabilidade nas comunidades camponesas passa pelo espaço da habitação, lugar privilegiado para as manifestações religiosas e culturais – sejam as rezas e os terços, sejam as festas nos terreiros das casas – sejam para a ação política, como espaço de encontros e reuniões de cooperativas, grupos de mulheres ou de produção. Mais além, para o camponês, o lugar de moradia é também o lugar de produção e trabalho.

Por isso, a proposta de organização dos assentamentos na Reforma Agrária Popular procura articular, no mesmo espaço, moradias, horta e viveiro comunitários com bases agroecológicas, com estruturas produtivas, como agroindústrias, e equipamentos sociais, como escolas, ciranda infantil e espaços comunitários e de lazer. E, portanto, se a lavoura é pensada a partir da agroecologia, a moradia também deve ser planejada nesses termos.

Dentro dessa perspectiva, a construção agroecológica sugere uma reflexão sobre as formas de organização dos espaços sociais, indicando maneiras de priorizar a autogestão, o trabalho coletivo e a cooperação entre as comunidades, valorizando os materiais da região e assegurando o cuidado no manejo dos recursos naturais. Adicionalmente, propõe a recuperação de conhecimentos ancestrais adaptados à tecnologia desenvolvida para cada ecossistema.

Por isso, entre as reivindicações do MST estão, além do fortalecimento do Programa Nacional de Habitação Rural, o incentivo aos quintais produtivos em Sistemas Agroflorestais. E, ainda, a ampliação de escolas do campo, construção de postos de saúde, melhoria na infraestrutura de estradas etc. Ou seja, o território precisa ser pensado e planejado em sua totalidade e em sua integração com o meio.

Nesse contexto, da mesma forma que a diversidade regional

é uma característica do MST, organizado em 24 estados, também as experiências são diversas. Em regiões do nordeste, pensar a moradia e o assentamento é também considerar a convivência com o semiárido e o uso da água. Em São Paulo, as Comunas da Terra, mais próximas dos centros urbanos, desenvolveram projetos habitacionais e comunitários, em conjunto com equipes técnicas, que fogem dos padrões tradicionais, ao mesmo tempo em que enfrentam o assédio e a violência da especulação imobiliária. No Rio Grande do Sul, o programa de habitação envolvia as famílias não apenas na construção, mas na elaboração, gestão e fiscalização dos recursos.

Ao produzir novas experiências, é possível perceber as semelhanças entre o modelo de produção de agronegócio e o modelo hegemônico da construção civil. Os materiais de construção tradicional, como ferro, cimento, alumínio e vidro, são cadeias produtivas amplas e caras, concentradas por grandes multinacionais. Além de serem obtidos em processos de extrativismo e degradação ambiental acelerados. Da mesma forma, grandes empreiteiras concentram o mercado de habitação.

Também agrava as condições da luta pela moradia no campo, o fato de que as áreas rurais, em especial os assentamentos, são tradicionalmente afastadas dos grandes centros urbanos, em locais de acesso e infraestruturas precárias. As políticas públicas para a moradia do campo, frequentemente, ignoram as especificidades sociais, técnicas e infraestruturais das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Os programas transferem e aplicam modelos urbanos sem considerar essas especificidades, inclusive econômicas.

Dessa forma, a luta pela terra e a luta pela reforma agrária se torna também a luta por moradia, em condições dignas, mas em equilíbrio com o seu território. E na luta, as compreensões e consciências se ampliam, não basta mais lutar pela casa da família, mas pelas casas comuns: aquela que é compartilhada e construída com a comunidade; aquela que é conquistada na disputa pelos territórios contra a monocultura e o veneno; e, a Casa maior, o Planeta onde lutamos para que não só siga habitado, mas que seja moradia de uma comunidade humana de dignidade e fraternidade.

* **Miguel Enrique Stédile** é integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Escritório Nuestra América do Tricontinental: Instituto de Pesquisa Social. Site: thetricontinental.org

MOBILIZE-SE

CIDADÃOS PODEM (E DEVEM) SE ENGAJAR EM INICIATIVAS PELO DIREITO À MORADIA PELO PAÍS

Oportunidades vão desde voluntariado, até participação em conselhos e conferências. Saiba como fazer parte das ações.

Por Mariana Lemos

Presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, também incluído na Constituição Federal de 1988, o direito à moradia pode ser entendido como um dos mais essenciais, pois é, a partir da organização da vida em um determinado território, que se criam condições para a estruturação dos demais direitos, como a alimentação, o trabalho, a educação, os atendimentos de saúde e todos os serviços indispensáveis para a vida em sociedade.

Porém, esse direito ainda não é garantido para todos e todas – vide os dados apresentados ao longo das reportagens da Revista, com especial atenção ao Raio-X, na página 22. Trazendo um desses números para exemplificar, de acordo com informações do CadÚnico (Cadastro Único), a população em situação de rua no Brasil aumentou 25% entre dezembro de 2023 e o final de 2024, chegando a mais de 327 mil pessoas sem casa.

Diante desse cenário e a fim de apresentar saídas coletivas para as famílias, organizações sociais e movimentos populares se estruturam nos territórios e têm desenvolvido diversas iniciativas para engajar a sociedade nessa luta.

De forma complementar às ações presenciais, a participação *on-line* – por meio de *sites*, redes sociais e iniciativas colaborativas – também ganha cada vez mais força como uma ferramenta de mobilização rápida, de disseminação de informações qualificadas e de articulação de sujeitos.

É por meio dessas plataformas que as organizações divulgam atualizações sobre agendas e mobilizações, assim como publicam manifestos, cartilhas, notas, vídeos e fotos, oferecem informações sobre programas habitacionais, direitos e legislação, coletam assinaturas, solicitam doações e recrutam voluntários.

Além do apoio aos movimentos, é importante ressaltar a importância da participação popular em audiências públicas e eventos sobre habitação, assim como a fiscalização cidadã das políticas públicas e o envio de sugestões e reclamações para as autoridades.

Confira ideias de como se engajar e estar ativamente presente em espaços coletivos, a fim de garantir que o direito à moradia digna seja de fato efetivado no país:

Campanha Nacional Despejo Zero



Ato da Campanha Despejo Zero. Foto: Sérgio Koei

A iniciativa foi criada por movimentos e organizações sociais em julho de 2020, no contexto da pandemia de Covid-19. Desde então, a Campanha já foi responsável por auxiliar diversos casos, buscando mediar e resolver a situação de insegurança no âmbito da moradia, pela qual passam as famílias mais vulneráveis e, também, as pessoas em situação de rua.

A Campanha está estruturada por meio de núcleos estaduais, regionais ou locais e, dentro destes, as áreas de atuação são divididas em três Grupos de Trabalho (GT): Incidência, Monitoramento e Comunicação.

No *site*, é possível conferir diversos materiais como vídeos, cartilhas e notícias sobre o tema, assim como acompanhar o *Mapeamento Nacional de Conflitos Pela Terra e Moradia*, organizado pela Campanha, que visa identificar e denunciar os conflitos fundiários que resultam em despejos e remoções forçadas de pessoas do seu local de moradia e sobrevivência.

O mapa é dividido nas cinco regiões do Brasil e apresenta números de famílias ameaçadas e já despejadas, assim como de conflitos identificados. É possível participar do mapeamento denunciando um conflito de moradia clicando no botão "Denuncie um Conflito".

Para saber mais sobre a ferramenta e como participar das iniciativas, basta entrar em contato com a Campanha pela aba "Fale com a gente", no *site*. Caso alguma organização social queira compor a Campanha, é possível se cadastrar clicando no botão "Aderir à Campanha", presente no topo da página.

>> Saiba mais:

- Site da Campanha Despejo Zero: www.campanhadespejzero.org
- Site do Mapeamento Nacional de Conflitos Pela Terra e Moradia: mapa.despejzero.org.br

TETO

A organização não governamental é formada por jovens voluntários e voluntárias que realizam, em parceria com as famílias das comunidades, iniciativas de moradia em favelas e territórios precários, fortalecendo o desenvolvimento das comunidades locais por meio da construção de moradias de emergência e acesso à infraestrutura básica.

De acordo com a organização, até o final de 2023, mais de 90 mil pessoas fizeram parte das ações voluntárias atuando em territórios onde água encanada, saneamento básico e eletricidade ainda não fazem parte do cotidiano das famílias. Segundo os números da instituição, já foram realizadas melhorias em mais de quatro mil moradias, tornando esses territórios mais dignos e seguros em mais de 250 comunidades pelo Brasil. O processo de ação nos territórios é realizado em quatro etapas: Diagnóstico, Mesas de Trabalho, Atividades e Avaliação.

As ações de voluntariado podem ser feitas com contribuições pontuais ou fixas e os(as) interessados(as) podem participar com familiares e amigos ou também pelo voluntariado corporativo, por meio de empresas.

>> Saiba mais:

- TETO Brasil - Voluntários em Ação: br.techo.org

Projeto Re.Juntar



Voluntárias participando do mutirão do Re.Juntar. Foto: Divulgação do projeto - Base Colaborativa

A iniciativa faz parte dos projetos sociais ativos da organização Base Colaborativa e realiza, com apoio de mais de 150 pessoas voluntárias, a seleção de famílias e a viabilização de

reformas em moradias precárias que possuem menores de idade vivendo em abrigo, com a perspectiva de retorno definitivo dessas crianças ao convívio familiar a partir de melhores condições de moradia.

Com a metodologia de mutirão, os voluntários atuam nas áreas de projetos, logística, obras, financeiro, compras, alimentação, parcerias, comunicação e apoio às famílias.

Para compor o time de voluntários da Re.Juntar, basta acessar a página da iniciativa e clicar no botão “Quero ser voluntário” e, em seguida, preencher um formulário. O evento de “boas-vindas” para os novos participantes acontece de forma presencial na primeira segunda-feira de cada mês, na cidade de São Paulo.

Para mais informações, o Projeto Re.Juntar disponibiliza o e-mail: rejuntar@basecolaborativa.org e, também, sua página no Instagram [@projetoorejuntar](https://www.instagram.com/projetorejuntar).

>> Saiba mais:

- Base Colaborativa: www.basecolaborativa.org
- Projeto Re.Juntar: www.basecolaborativa.org/projeto-rejuntar

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)



Cozinhas Solidárias atuando na cheia no Acre. Foto: Comunicação MTST

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) é um movimento popular nacional que realiza ações de solidariedade, organização e mobilização em torno da luta por moradia digna. Dentre as suas principais ações estão as “Cozinhas Solidárias”, que recebem doações via plataforma colaborativa “Apoia-se” e também ajudas voluntárias nos mais de 50 locais de atuação espalhados em 14 estados brasileiros.

De acordo com o movimento, “as cozinhas garantem alimentação para mais de 12 mil pessoas de baixa renda”. Além disso, o projeto oferece oficinas, rodas de conversa, atendimento de saúde, psicológico e jurídico, assim como realiza saraus e cursos, funcionando como um equipamento social importante nas comunidades.

Além das Cozinhas, o MTST também desenvolve a plataforma “Contrate Quem Luta”, um espaço *on-line* que conecta trabalhadores e prestadores de serviço que fazem parte do MTST a oportunidades de trabalho, visando a geração de emprego e renda para as famílias.

>> Saiba mais:

- Cozinhas Solidárias: cozinhasolidaria.com
- Contrate Quem Luta: contratequemluta.com
- MTST: mtst.org

Habitat para a Humanidade Brasil

A Habitat é uma organização da sociedade civil que está presente em mais de 70 países e promove, em articulação com diversos setores e comunidades, a incidência em políticas públicas pelo direito à cidade e ações que promovem o acesso à moradia, à água e ao saneamento básico.

De acordo com dados da organização, no Brasil, a Habitat já desenvolveu projetos em 24 estados, atuando na vida de mais de 190 mil pessoas.

Para participar das ações de voluntariado, acesse o *site*, na sequência vá na aba “Apoie” e clique na opção “Mão na massa”. Basta, então, preencher o formulário. Para entrar em contato com a organização, o e-mail é: voluntariado@hph.org.br.

>> Saiba mais:

- Habitat para a Humanidade Brasil: habitatbrasil.org.br

6ª Conferência Nacional das Cidades



Organizada pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho das Cidades, a 6ª Conferência vem debater, depois de mais de uma década, os caminhos para que o Brasil possa construir cidades mais inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social, promovendo a participação popular e a gestão democrática das cidades.

A ideia é reunir a sociedade civil e os governantes em um espaço de participação social para discutir e formular políticas públicas urbanas. As etapas municipais e estaduais já foram realizadas ao longo do primeiro semestre do ano e a Conferência Nacional está prevista para ocorrer em outubro de 2025, a fim de debater a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

No *site* do Ministério das Cidades, é possível conferir dicas e materiais sobre a Conferência e os principais pontos para o debate.

>> Saiba mais:

- Ministério das Cidades: gov.br/cidades (clique no ícone da 6ª Conferência)
- Notícias sobre a Conferência: bit.ly/RCC_13_038

Conselhos de habitação

Os conselhos desempenham um papel fundamental na definição e no acompanhamento da política habitacional de cada município. Eles são responsáveis por representar a população na tomada de decisões sobre o tema da habitação e da moradia; fiscalizar a utilização dos recursos públicos destinados a esse eixo; contribuir para a construção de políticas habitacionais mais justas e eficientes; e acompanhar o andamento da política municipal de habitação. Ou seja, os conselhos podem ter caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo.

Para fazer parte, é necessário estar atento ao calendário de eleições de cada cidade, que pode ser a cada dois anos. Os editais das eleições são publicados no Diário Oficial e devem estar disponíveis também no *site* da prefeitura do município.



Oficinas de bioconstrução no Acampamento Marielle Vive, em Valinhos (SP). Foto: Comunicação MST

Conheça outros movimentos de luta por moradia de caráter nacional:

- União Nacional por Moradia Popular (UNMP): unmp.org.br
- Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN): mnlmbrasil.com.br
- Central dos Movimentos Populares (CMP): cmpbrasil.org
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB): mlbbrasil.org
- Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM): facebook.com/ConamBrasil
- Movimento Nacional de População em Situação de Rua: facebook.com/MovPopRuaSP
- Pastoral da Moradia e Favela: instagram.com/pastoraldamoradiaefavela

CIDADANIA EM REDE: O PAPEL DAS FERRAMENTAS DIGITAIS NO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS



Imagem gerada por inteligência artificial (IA)

Por Ricardo Alvarenga*

Na década de 1960, o estudioso canadense Marshall McLuhan já observava que os avanços nas tecnologias da informação e da comunicação estavam encurtando distâncias entre os povos e facilitando trocas culturais em escala global. A esse fenômeno, ele deu o nome de “Aldeia Global”, uma metáfora para mostrar como o mundo se tornava cada vez mais interconectado. Apesar das críticas que esse conceito recebeu com o tempo, ele continua útil para refletirmos sobre

os impactos das tecnologias em nossas vidas e nas dinâmicas de organização da vida em sociedade. Neste texto, queremos pensar como as ferramentas digitais podem ampliar o acesso da população brasileira aos serviços públicos e, com isso, fortalecer o exercício da cidadania.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado significativamente na digitalização de serviços públicos. A plataforma **gov.br**,

criada pelo Governo Federal, por exemplo, reúne, em um único ambiente, diversos serviços federais, que vão da emissão de documentos ao acesso a benefícios sociais. Estados e municípios também criaram seus próprios aplicativos e sites, permitindo agendar consultas no Sistema Único de Saúde (SUS), acompanhar o boletim escolar dos filhos, solicitar vagas escolares ou emitir notas fiscais. Para quem tem internet e habilidade com uso da tecnologia, isso representa mais autonomia, rapidez e praticidade.

Porém, ainda enfrentamos um grande desafio: garantir que essa transformação digital não aprofunde desigualdades históricas já existentes em nosso país. É nesse contexto que entra o conceito de cidadania digital. Mais do que simplesmente estar conectado, trata-se de usar a tecnologia de forma ética, crítica, segura e responsável. Isso inclui saber navegar, proteger dados pessoais, identificar informações confiáveis e denunciar abusos; além disso significa usar os recursos digitais para acessar direitos, acompanhar políticas públicas e participar da vida democrática. Ou seja, ser cidadão hoje passa também por entender e reivindicar o bom funcionamento das ferramentas digitais que o Estado coloca à disposição.

Apesar dos avanços já mencionados, a cidadania digital ainda não é uma realidade para todos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) TIC 2023 (Tecnologias de Informação e Comunicação) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 5,9 milhões de domicílios no Brasil não tiveram acesso à internet em 2023. A exclusão digital é ainda maior entre pessoas de baixa renda, moradores de áreas rurais e populações periféricas. Mesmo entre os que acessam a rede, muitos não têm as habilidades necessárias para utilizar portais públicos, preencher cadastros ou buscar ajuda em caso de dificuldades técnicas. Isso reforça a importância de políticas públicas voltadas à inclusão digital, conectividade universal e formação cidadã para o uso das ferramentas digitais.

Ao mesmo tempo, o governo federal tem investido na ampliação dos serviços digitais. Somente em 2023, 43 novos serviços foram digitalizados no portal gov.br, incluindo a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH Digital), inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a consulta ao Bolsa Família e a obtenção da Carteira de Trabalho Digital. Desde 2019, a plataforma passou a centralizar serviços com login unificado, autenticação segura e integração com biometria e internet banking, tornando o acesso mais seguro e menos burocrático.

Esse cenário é bem analisado pelo sociólogo Manuel Castells, que afirma que as tecnologias digitais reorganizam as formas de poder, trabalho e participação social. Quem está conectado, segundo ele, tem mais chances de acessar direitos, ser

ouvido e influenciar decisões. Por outro lado, quem está fora dos espaços digitais corre o risco de viver um novo tipo de exclusão: a digital, que não é apenas tecnológica, mas também política, econômica e social.

Por isso, a inclusão digital deve ser compreendida como parte essencial da inclusão cidadã e tratada com a devida importância. O objetivo é que todos os cidadãos e cidadãs possam acessar as boas experiências que estão disponíveis no Brasil, como, por exemplo, o Cadastro Único (CadÚnico) Digital que facilita o cadastro e a atualização de dados para famílias de baixa renda permitindo, por exemplo, acessar informações sobre benefícios sociais, incluindo programas habitacionais, como o Programa Minha Casa, Minha Vida ou o Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, que oferece descontos na conta de luz para famílias de baixa renda.

Portanto, é possível afirmar que a cidadania, hoje, também se expressa nas telas. Exercer direitos, cobrar políticas públicas, acompanhar programas sociais ou decidir os rumos da cidade, tudo isso pode começar com um clique. Mas é preciso garantir que esse clique esteja ao alcance de todos. O futuro pode ser digital, sim, mas precisa ser coletivo, inclusivo e justo. Afinal, não basta estar conectado: é preciso estar incluído.

Como acessar o CadÚnico

As famílias que vivem com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa podem e devem ser registradas no Cadastro Único. Já as famílias com renda acima desse valor podem ser cadastradas para participar de programas ou serviços específicos.

O aplicativo pode ser baixado por meio das lojas de aplicativos Apple Store e Play Store ou acessado na sua versão *web* por meio do endereço: **cadunico.cidadania.gov.br**.



Fique por dentro

- Programa Minha Casa Minha Vida: **bit.ly/RCC_13_039**
- Programa Tarifa Social de Energia Elétrica: **bit.ly/RCC_13_040**

***Ricardo Alvarenga** é Doutor e Mestre em Comunicação Social, especialista em comunicação organizacional, jornalista, professor universitário e consultor de comunicação para organizações civis e religiosas.
E-mail: **ricardocalvarenga@gmail.com**
e Instagram: **@alvarengaricardo**.

AGENDA DE PRESSÃO

CONGRESSO DEBATE POLÍTICAS ESTRUTURANTES PARA GARANTIR MORADIA DIGNA E MINIMIZAÇÃO DA EXCLUSÃO URBANA DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



Manifestação da Campanha Despejo Zero, em São Paulo. Foto: MTST

Às vésperas da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), a ser realizada em novembro, em Belém (PA), com a cidade escancarando graves problemas nessa agenda, políticas públicas no campo habitacional ainda vivem o desafio de garantir moradia de qualidade para populações historicamente excluídas.

A evidente crise habitacional brasileira, um desafio secular, não é apenas um problema de moradia, mas reflexo direto das desigualdades estruturais que marcam o território nacional. Frente a esse cenário, surgem propostas e legislações que buscam garantir o direito à cidade, à moradia digna e à participação ativa da população nos processos de construção de seus espaços de vida.

Três iniciativas legais se destacam e apontam caminhos para debater o futuro do campo: o Programa Nacional de Moradia por Autogestão (PL 4.216/2021), a Lei de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (Lei 11.888/2008) e a Lei Pe. Júlio Lancelotti (Lei 14.489/2022). Conheça mais sobre elas:

Autogestão de moradias em pauta

Apresentado na Câmara dos Deputados em 2021, o Programa Nacional de Moradia por Autogestão (PL 4.216/2021) propõe a criação de um programa nacional de financiamento habitacional por autogestão. A proposta busca fomentar a produção de moradias na qual as famílias não apenas são beneficiárias, mas protagonistas do processo, atuando de forma coletiva no planejamento, execução e gestão da construção das casas.

O programa é voltado a famílias com renda mensal de até R\$ 6.000,00 em áreas urbanas e até R\$ 72.000,00 por ano em zonas rurais. Um diálogo direto com as práticas consolidadas por movimentos populares como a União Nacional por Moradia Popular e a Central de Movimentos Populares, que historicamente têm defendido a autogestão como instrumento de inclusão social e de valorização do trabalho coletivo (veja mais no Na Prática, na página 38).

Atualmente, o PL 4.216/2021 está em análise na Câmara dos Deputados. A proposta aguarda parecer na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU). A expectativa é que haja avanços ainda em 2025, sobretudo diante do fortalecimento da pauta urbana no atual governo federal.

>> Saiba mais:

■ PL 4.216/2021: bit.ly/RCC_13_041

Segurança e adequação cultural para famílias

Sancionada em 2008, a Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social (Lei 11.888/2008), conhecida como Lei ATHIS, reafirma o direito das famílias de baixa renda ao suporte técnico de arquitetos e engenheiros para o projeto, reforma e construção de suas casas. Trata-se de uma política pública estruturante, que visa assegurar qualidade, segurança e adequação cultural às moradias populares.

Segundo a lei, famílias com renda de até três salários mínimos têm direito à assistência técnica gratuita, sendo o poder público responsável por ofertá-la de forma universal, integrada e permanente. A ATHIS também estimula a atuação de escritórios públicos e a formação de profissionais voltados para a habitação social.

Apesar da relevância da lei, sua implementação efetiva ainda é limitada. Estados e municípios têm autonomia para aplicá-la, mas, muitas vezes, faltam recursos e esforços de planejamento para sua implementação. Entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) vêm realizando um esforço de mobilização para ampliar a adesão à política.

>> Saiba mais:

■ Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU): bit.ly/RCC_13_042

■ Lei 11.888/2008: bit.ly/RCC_13_043

Uma cidade para todos

Em vigor desde julho de 2022, a chamada Lei Pe. Júlio Lancelotti tornou-se um marco no combate à arquitetura hostil no Brasil. Inspirada na militância do padre que se tornou referência na ação com a população em situação de rua em São Paulo, a lei proíbe a instalação de elementos urbanos, como pedras embaixo de viadutos, bancos inclinados ou pinos em calçadas, que têm como intenção afastar pessoas do espaço público.

A legislação visa humanizar as cidades, combatendo práticas que, sob o pretexto de organização ou segurança, promovem a exclusão e a criminalização da pobreza. Ela obriga prefeituras

e governos a pensarem políticas urbanas com base na dignidade humana, e não na segregação.

As medidas em debate ajudam a desenhar uma agenda urbana mais inclusiva no país. O incentivo à autogestão habitacional, a ampliação da assistência técnica gratuita e a proibição de práticas excludentes no espaço público apontam para uma mudança de enfoque: da moradia como mercadoria para a moradia como direito.

Para que esses instrumentos legais avancem na prática, movimentos e organizações da sociedade civil apontam que é fundamental a articulação entre entidades técnicas e gestores públicos comprometidos com a redução das desigualdades nas cidades brasileiras.

>> Saiba mais:

■ Lei 14.489/2022: bit.ly/RCC_13_044

■ Decreto 11.819/2023, que regulamenta a lei em questão: bit.ly/RCC_13_045

Em trâmite: políticas que podem mudar o contexto habitacional nacional

Minha Casa, Minha Vida Rural (PL 3.092/2024)

Prevê a criação de um fundo específico para financiar a construção de moradias no campo, com foco em agricultores familiares, comunidades tradicionais e cooperativas. A proposta inclui infraestrutura básica como cisternas, energia solar e acesso à água potável, buscando adaptar o programa às necessidades das populações rurais. Está em análise no Senado.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_046

Reconstrução pós-desastres (PL 4.720/2024)

Inclui, no Minha Casa, Minha Vida, uma linha voltada à reconstrução de moradias destruídas por enchentes, deslizamentos e outros desastres naturais. O texto estabelece critérios para que os novos imóveis sejam construídos em áreas seguras, com planejamento urbano e medidas de prevenção de riscos.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_047

Regularização em assentamentos urbanos (PL 388/2023)

Altera as diretrizes do programa habitacional para incorporar assentamentos urbanos ao processo de regularização fundiária. O objetivo é acelerar a titulação de moradias em áreas já consolidadas e garantir infraestrutura urbana adequada para famílias de baixa renda.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_13_048

MUITO ALÉM DE QUATRO PAREDES

O que de fato significa uma casa? E o que é ter um lar? E, muito mais que isso, o que gera o pertencimento a um território, a um lugar para chamar de seu? Entre tantas maneiras de se viver e de morar nos quatro cantos do país, este Retrato Brasil traz um pouco das diversas culturas, histórias e formas de se organizar, quando o assunto é moradia.

O mundo mágico das casas indígenas

Por Renato Soares

Ao viajar por um Brasil profundo em busca de conhecer os povos originários, eu me deparei com inúmeros tipos de construções e aldeamentos. Das grandes ocas dos povos do Alto Xingu dispostas em um grande círculo formando a aldeia, às imensas casas comunais dos Waimiri Atroari, no Amazonas. As casas flutuantes dos Magüta (Ticuna), no Amazonas, ou até mesmo as grandes casas de reuniões dos Waiana Apalai, nas Terras Indígenas do Tumucumaque, a Tukusipan. Todas dentro dessas casas tradicionais que abrigam pessoas há milhares de anos.

A Tukusipan é a casa comunitária tradicional dos povos indígenas Waiana e Apalai. É um espaço sagrado e símbolo da aldeia, onde todos da comunidade se reúnem para atividades como confecção de artefatos e pinturas, reuniões, rodas de fogueira, danças e celebrações. Essas construções fazem parte do cotidiano e são um símbolo de sua cultura.

No Alto Xingu, no centro das aldeias, existe uma casa solitária, chamada “Casa dos homens”. Ali eles se reúnem para longas conversas, pinturas corporais, reuniões, brincadeiras e ritos. Lá também são guardados instrumentos sagrados, como as flautas Jacuí. As casas tradicionais são como seres vivos, pois são feitas de madeiras flexíveis, como a pindaíba, e costuradas com fibras como cipó e embira. Muitas são cobertas de folhas de palmeiras como Buriti, Ubim, Alariá, Tucumã e tantas outras palmeiras Amazônicas e, até mesmo, a gramínea do Sapé, esta usada na cobertura das grandes casas Xinguanas.

As casas indígenas são como um útero materno que abriga e acolhe essa grande família com toda sua diversidade.



Ticuna ou Magüta, como são chamados, são o povo mais numeroso nas populações indígenas da Amazônia Brasileira. Os Ticuna são conhecidos por uma rica cultura com desenhos e pinturas que ganharam reconhecimento internacional. Foto: Renato Soares

No pátio da aldeia Waujá o Kuarup. Um ritual de passagem da vida para a morte e no qual seus ancestrais são homenageados. Aldeia Waujá Pyulaga na Terra Indígena Xingu (MT), em 2019. Foto: Renato Soares



No centro da casa ainda em construção, a mulher prepara o beiju. No girau o peixe moqueado e no painelão de cerâmica o mingau de maniva está pronto para ser servido. Aldeia Kuikuro Afukuri na Terra Indígena Xingu (MT), em 2013. Foto: Renato Soares



A aldeia Vendaval está situada na região do Alto Solimões, próximo ao rio Solimões e aos igarapés que formam a bacia hidrográfica da região. É a aldeia onde viveu o grande líder Tikuna Evore II (AM), em 2018. Foto: Renato Soares



Tem cor, tem corte e a história do meu lugar

Por Osani Silva

O ensaio propõe um mergulho visual nas fachadas de casas da região do Seridó Potiguar, no sertão do Rio Grande do Norte. Longe dos estereótipos que limitam o sertão à aridez e ao cinza, as imagens revelam uma paleta vibrante de cores, texturas e detalhes construtivos que dão forma a moradias urbanas e rurais. Portas, paredes e pinturas se tornam portais de expressão e afeto, refletindo o cotidiano e a identidade dos que habitam esses espaços.

Mais do que simples construções, essas casas materializam modos de vida singulares, forjados pelo clima, pela cultura local e por uma criatividade que resiste e se reinventa. Em um estado frequentemente lembrado por seu litoral e pela capital, o interior emerge como protagonista silencioso, onde arquitetura, calor e cor se entrelaçam na paisagem e na memória. Cada fachada conta uma história, e cada porta convida a imaginar o que há por dentro.

A série fotográfica busca retratar a diversidade das moradias nesse recorte geográfico específico, revelando semelhanças e contrastes, repetições e surpresas. As imagens expõem as nuances das identidades regionais brasileiras por meio da arquitetura do cotidiano. Cada casa registrada é, ao mesmo tempo, parte de um coletivo e um universo particular, reflexo da complexa e rica formação cultural que constitui o Brasil profundo.



Sonhava em morar nas estrelas. Zona urbana de Acari (RN), em 2020. Foto: Osani Silva



Festa do caju. Zona rural de São Vicente (RN), em 2022. Pinturas por Ambrosio Santana @ambrosio_santana. Foto: Osani Silva



Boiadeira. Zona urbana de Caicó (RN), em 2024. Foto: Osani Silva



Canto do céu. Zona rural de São Vicente (RN), em 2022. Pinturas por Ambrosio Santana @ambrosio_santana. Foto: Osani Silva

Territórios de resistência

Por Raul Luciano Batista

O ensaio percorre três territórios periféricos da grande São Paulo, onde a urgência de existir se impõe diariamente: o Jardim Pantanal, a Comunidade México 70 e a Favela do Moinho. Em comum, esses espaços carregam histórias de resistência silenciosa e coletiva diante de políticas que insistem em marginalizar corpos e moradias.

Através do olhar atento de Raul Luciano Batista, o cotidiano dessas comunidades se revela para além da carência – ele emerge como denúncia, mas também como afirmação de vida. As imagens não apenas capturam a superfície do que é visível, mas tensionam os limites entre o invisível e o esquecido, entre o abandono e a luta.

O ensaio convida o espectador a enxergar os territórios não como cenários de tragédia, mas como lugares pulsantes, onde crianças brincam, moradores se organizam e vozes se levantam. Há beleza, dureza e resistência entrelaçadas em cada fotografia – como quem insiste em existir mesmo onde insistem em apagá-lo.



Moradores do Jardim Pantanal, em São Paulo, protestaram após o anúncio da desapropriação e a falta de recursos para os moradores do bairro afetado pelas enchentes, em 2024. Foto: Raul Batista



Moradores protestam contra a desapropriação da Favela do Moinho, em São Paulo, em 2025. Foto: Raul Batista



Vista das casas sobre palafitas na Comunidade México 70, “descaso e abandono”, em São Vicente (SP), em 2022. Foto: Raul Batista



Janela do barraco sugere uma perspectiva íntima e cotidiana da vida na Comunidade México 70, em São Vicente (SP), em 2022. Foto: Raul Batista

Renato Soares é natural de Carmo do Rio Claro, Minas Gerais, onde vive atualmente. É colaborador de revistas como National Geographic, Scientific American e Harvard Review of Latin American. Iniciou sua carreira na fotografia na década de 1980 e, desde então, realiza sistemáticas viagens pelo território nacional, especialmente na região amazônica, para retratar as diferentes formas de expressão cultural dos vários grupos étnicos. Trabalha no projeto Ameríndios do Brasil – uma ambiciosa documentação fotográfica das mais de 300 nações indígenas do país. Instagram: [renato_soares_foto](#)

Osani Silva é fotógrafo e realizador audiovisual. Natural do Seridó Potiguar, no sertão do Rio Grande do Norte, concentra suas pesquisas visuais na documentação do cotidiano local. Atualmente, cursa Comunicação Social – Audiovisual na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Instagram: [@tambureti](#)

Raul Luciano Batista dos Santos é fotojornalista em São Paulo, com foco em pautas sociais e defesa de direitos. Atua como fotógrafo autônomo desde 2021, registrando manifestações, cotidiano e temas de impacto social. Estuda Fotografia e Jornalismo, unindo técnica e engajamento em seu trabalho. Instagram: [@raullucianobatistads](#)



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e acesse todas as fotografias do Retrato Brasil.



ROTEIRO FORMATIVO

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº. 13

JUL/AGO/SET 2025

TRILHA DE SABERES



Já está em suas mãos o **“Roteiro formativo – Trilha de Saberes”** da 13ª edição da Revista Casa Comum, uma publicação de iniciativa do Sefras – Ação Social Franciscana em parceria com importantes atores, como organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambientais. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes.

A cada edição, a Revista Casa Comum traz à tona uma série de conteúdos que buscam ampliar a compreensão de diferentes públicos sobre as pautas de direitos fundamentais, bem como gerar

e produzir conhecimento, possibilitando uma formação permanente para quem atua e para quem quer atuar nessas agendas.

Assim, este roteiro se propõe a apresentar uma sugestão de Trilha de Saberes para que educadores e educadoras, ou seja, todos e todas que promovem atividades com grupos, coletivos, movimentos, espaços escolares etc. possam explorar todo o conteúdo da Revista em momentos de encontros, rodas de conversa e formações, incentivando a reflexão e o engajamento de cidadãos e cidadãs em iniciativas de transformação social.

O que compõe a Trilha de Saberes

A Trilha é formada por um ponto de partida, que traz o tema norte e a base conceitual, além de três encontros, que percorrem um caminho educativo que visa:

1. Conhecer o tema;
2. Refletir; e
3. Agir.



Acesse outros conteúdos em: [revistacasacomum.com.br](#)



Casa: território de direitos e sentidos

“O céu é meu pai, a terra é minha mãe e o mundo inteiro é tipo a minha casa”, canta o rapper Emicida.

Nosso corpo é o primeiro lugar onde habitamos o mundo. Nele se inscrevem nossos afetos, limites, memórias, marcas e potências. É o corpo que sonha, sente, luta e que guarda histórias que, muitas vezes, a sociedade não escutou. A casa, por sua vez, é a extensão desse corpo no espaço coletivo. No qual desejamos que seja abrigo e fronteira, local de descanso e de afeto. Como nos traz a escritora, curadora e arquiteta Joice Berth: “Uma casa é o corpo da gente no mundo” (2020).

Assim como o corpo, a casa também fala, mesmo quando o silêncio se impõe. Fala sobre quem somos, de onde viemos, o que herdamos e o que projetamos para viver em comunidade. Ambos, corpo e casa, são lugares que nos constituem como sujeitos no mundo. E quando essa conexão se rompe, quando a moradia se torna insegura, invisibilizada ou negada, deixamos de compreender plenamente a nós mesmos e a sociedade que criamos.

Esse sentimento está presente no livro *Pertencimento: uma cultura de lugar*, da escritora bell hooks. Para ela, pertencer não é apenas ocupar um espaço físico, mas construir uma relação profunda com o lugar, que envolve memória, história, identidade e cuidado. Ela narra suas vivências no campo, na infância e na vida adulta, refletindo sobre quando precisou sair de sua cidade e sentiu-se sem conexão com os novos lugares ou mesmo enfrentando o racismo.

E, como o retorno à sensação de pertencer, no vínculo com a ancestralidade e comunidade, são caminhos de cura e de reconstrução do sentido de lar, como espaço físico e de política de cuidado com a terra e com os outros. bell hooks apresenta que habitar é também lutar, e que pertencimento se cultiva. Como uma casa, erguida aos poucos, em mutirão, no coletivo.

Assim, o direito à moradia digna não é apenas o direito de ocupar um teto, mas de afirmar uma existência, de partilhar dignidades e de pertencer. Morar é um ato político. É a costura entre o individual e o coletivo, entre o corpo que ocupa e o território que acolhe ou expulsa. É nesse entrelaçamento que se revelam desigualdades e, também, resistência e pertencimentos. Quando entendemos que casa e corpo são territórios vivos, percebemos que o direito à moradia é inseparável do direito à memória, à ancestralidade, à cidade e à dignidade.

Maura Cristina, ativista do movimento negro e coordenadora estadual do Movimento Sem-Teto da Bahia, em entrevista para a série de podcasts *Bem viver nas cidades*, nos traz que: “A moradia é o início de uma outra luta: é direito à educação, à alimentação, à saúde, a transporte.” (9’11” a 9’30”). E complementa que, na grande maioria das vezes, são as mulheres que buscam os direitos para ter um lar do qual se orgulham. E, para participar da luta pela moradia, Maura afirma que é essencial a formação política, que promove conhecimento e liberta para a busca pelos direitos:

“Nós mesmos, das nossas organizações, entendemos que sem formação política nós não podemos nem fazer ocupação, que não faz o menor sentido você fazer uma ocupação e se sentir culpado. [...] então você tira dessa companhia, o estigma de que ela está fazendo algo errado [...] e está na Constituição Federal, no artigo sexto, que moradia é direito. Ninguém pode e deve morar na rua. Moradia é direito, é dever do Estado. E, quando há esse entendimento, você vê uma transformação dentro das pessoas. É daí que vem e se tornam mulheres (se já são lobs, né?), elas se tornam realmente muito fortes. E é isso que a gente promove entre nós” (11’48” a 13’02”).

Moradia é direito, portanto, fundamental. E não é por acaso que a Campanha da Fraternidade de 2026, uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e parceira da Revista Casa Comum nesta edição especial, apresenta como temática principal: “*Fraternidade e moradia*”, ressaltando a moradia digna como prioridade, junto aos demais bens e serviços essenciais, a toda a população.

Por isso, educar para a moradia é



educar para o reconhecimento desses territórios de existência. É convidar cada pessoa a escutar os silêncios, a nomear as ausências e a plantar, com os saberes e práticas do cotidiano, novas possibilidades de habitar o mundo com cuidado, com justiça e pertencimento.

A Encíclica *Laudato Si’*, do Papa Francisco, afirma que “*não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise*

socioambiental” (§139). O cuidado da Casa Comum é também o cuidado com as moradas concretas de cada povo. Assim como ecologia integral (já abordada nas edições anteriores da Revista Casa Comum) exige que cuidemos das relações consigo, com o outro, com a terra, podemos começar onde os pés pisam: no chão da casa, na calçada do bairro e no quintal de terra batida que acolhe as nossas histórias, para cuidar do todo.



Referências citadas no texto:

- BERTH, Joice. **Casa e corpo, lugares objetivos e subjetivos de existência.** In: Museu de Arte do Rio. Casa Carioca. Catálogo. 2020. Disponível em: bit.ly/RCC_13_049
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: bit.ly/RCC_13_015
- EMICIDA. Casa. In: LACE. [S.l.]: Laboratório Fantasma, 2017. 1 CD (42 min). Disponível em: bit.ly/RCC_13_050
- GUILHOTINA e LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Série “Bem viver nas cidades: lutas por direitos e movimentos populares urbanos”. Episódio #2 Gênero e Raça.** (podcast). Entrevista com Maura Cristina. Fevereiro de 2025. Disponível em: bit.ly/RCC_13_051
- HOOKS, bell. *Pertencimento: uma cultura do lugar.* São Paulo: Elefante, 2022.
- MUSEU DA PESSOA. **Moradia para todos.** História de vida. 1 mar. 2010. Disponível em: bit.ly/RCC_13_052
- PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si’*. Disponível em: bit.ly/RCC_13_053



Para ler, para ver e para ouvir:

Convidamos você, educador(a), para, antes de iniciar a Trilha de Saberes:

- Ouvir a série de podcasts “*Bem viver nas cidades: lutas por direitos e movimentos populares urbanos*”, parceria do Guilhotina, do Le Monde Diplomatique Brasil, com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese). São três episódios disponíveis em: bit.ly/RCC_13_054
- Acessar a coleção especial “*Moradia, um direito humano universal*”, produzida pelo Museu da Pessoa. Disponível em: bit.ly/RCC_13_055
- Ler o editorial da 13ª edição da Revista Casa Comum.
- Ler o texto base da Campanha da Fraternidade 2026 (a partir de setembro de 2025). Disponível em: bit.ly/RCC_13_056
- Ler o livro “*Quarto de despejo: diário de uma favelada*”, de Carolina Maria de Jesus. Disponível em: bit.ly/RCC_13_057



Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

Prepare uma sala com projetor ou que tenha internet disponível para que os(as) participantes possam ver ou acessar os vídeos apresentados, caso seja possível.

Organize todos os textos selecionados da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, que são indicados na Trilha.

Separe as músicas “*Despejo*”, de Graciela Soares (disponível em: bit.ly/RCC_13_058 e “*Saudosa Maloca*”, de Adoniran Barbosa (disponível em: bit.ly/RCC_13_059)

Separe a entrevista de Maria José da Silva, registrada pelo Museu da Pessoa. Disponível em: bit.ly/RCC_13_060

Separe o texto “*Hábitos de Amor*”, de bell hooks, que faz parte do livro *Pertencimento: uma cultura do lugar*. Disponível em: bit.ly/RCC_13_061

Separe as imagens do Retrato Brasil da 13ª edição da Revista Casa Comum. Caso você não tenha a revista impressa, basta acessar diretamente na plataforma: bit.ly/RCC_RetratoBrasil

Organize, da forma que achar interessante, os conteúdos do texto “*Ponto de partida*” para compartilhar com o grupo no encontro.

Organize os materiais: cartões coloridos para anotações, cartolinas, folhas de papel, canetinhas, canetas e/ou lápis, fita crepe, barbantes, fitas coloridas, fita crepe de cores variadas, papel *kraft* etc.

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Faça o acolhimento de boas-vindas dos(as) participantes anunciando que o tema *Casa: território de direitos e sentidos* será o caminho das construções e aprendizados conjuntos que acontecerão nos encontros desta Trilha, tratando do cuidado a partir da busca pela moradia digna, pertencimento e justiça.

Aquecimento

Inicie o encontro lendo ou pedindo para que algum(a) dos(as) participantes leia um trecho do texto “*Hábitos de Amor*”, de bell hooks, que faz parte do livro *Pertencimento: uma cultura do lugar*:

Por toda a vida, procurei um lugar de pertencimento, um lugar para ser o meu lar. [...] O lar era um lugar seguro, onde não haveria dor. Era um lugar para curar as feridas. O lar era o lugar onde eu tinha importância.

A partir dessa leitura, peça para que os(as) participantes desenhem uma casa utilizando folhas de papel e canetas coloridas. Após alguns minutos, faça estas perguntas como caminho de leitura da imagem produzida:

- Qual é a casa desenhada por vocês? É a casa onde moram? Ou a casa da imaginação da infância? É a casa afetiva? A casa que aprenderam a desenhar quando crianças? É a casa que desejam ter?
- Quais são os elementos que compõem essa casa? Tem telhado, janela, chaminé? Tem detalhes como figuras e flores?

- Vocês desenharam algo ao redor da casa? Esse entorno parece com o entorno da casa onde vivem? etc.

Convide os(as) participantes para que se apresentem dizendo seu nome e contando sobre a casa que desenharam e seus sentidos, a partir da questão: *O que é casa para você?*

Faça uma escuta ativa e sensível e encerre esse aquecimento comentando brevemente como a percepção do que compreendemos como casa é maior do que um simples espaço físico.

2. Roda de conversa

1º momento

Considerando o perfil do grupo, escolha entre as músicas “*Despejo*”, de Graciela Soares, ou “*Saudosa Maloca*”, de Adoniran Barbosa, que são canções que mesclam o lúdico com a crítica social. Convide a todos(as) a permanecerem de olhos fechados e perceberem o que a(s) música(s) desperta(m) de sentimentos.

2º momento

Peça para os(as) participantes formarem grupos e distribua os textos da 13ª edição da Revista Casa Comum indicados abaixo, um para cada grupo (você pode escolher apenas um dos textos para todos os grupos, se achar melhor para o contexto local).

EM DESTAQUE

Moradia ainda é vista como mercadori-
ria e não como direito no Brasil (p.4)

RAIO-X

O desafio da habitação digna no Brasil:
tem gênero e raça (p.22)

PAPO RETO

A cidade é planejada de forma racista,
para concentrar renda e excluir, analisa
Raquel Rolnik (p.17)

Orienta cada grupo a fazer a leitura do texto e debater sobre o que foi compreendido. Você, mediador(a), pode trazer as seguintes questões disparadoras para ajudar na conversa:

- Se a moradia é um direito, por que não é garantido como outros direitos, como educação e saúde?

- Na sua região, quem são as pessoas que mais sentem a falta desse direito? É possível verificar um olhar de gênero e raça nessa percepção?

- Como ter um endereço fixo ajuda na garantia dos outros direitos?

Após a conversa inicial, peça para que cada grupo compartilhe o que foi debatido.

Em seguida, para aprofundar o debate a partir de dados da realidade brasileira, convide as pessoas a explorarem algumas ferramentas apresentadas pela Revista Casa Comum, a fim de identificar se há conflitos em seu município/região, se há favelas e comunidades em seus territórios, etc.:

- Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia do Brasil: bit.ly/RCC_13_062

- Censo de Favelas e Comunidades Urbanas do IBGE: bit.ly/RCC_13_027

- Painéis interativos sobre déficit habitacional, produzidos pela Fundação João Pinheiro (FJP): bit.ly/RCC_13_063

3. Encerramento

Para finalizar este primeiro encontro, faça a leitura de trechos da entrevista *Moradia para todos*, com Maria José da Silva, pernambucana, moradora de São Paulo, realizada pelo Museu da Pessoa, ou apresente o vídeo. Neste trecho, por exemplo, ela fala sobre ter conquistado a moradia para sua mãe:

“Acho que é o sonho dela realizado, da mesma forma que eu tenho o meu, ela mesma fala que quem realizou esse sonho dela, fui eu, de ter um teto, de ter uma casa, e eu me sinto assim realizada, por mais que eu ainda não tenha a minha, mas eu pude proporcionar a ela uma moradia digna, onde não passe frio, onde hoje ela pode dormir de janela aberta, se quiser, porque dá para fechar, então, é isso.” (2010, 5’12” a 6’00”)

Na sequência, apresente o texto e as fotografias de Osani Silva, que estão no Retrato Brasil (p.52) da 13ª edição da Revista Casa Comum, buscando perceber os detalhes das fachadas de casas do sertão do Rio Grande do Norte, em sua diversidade de cores e detalhes, mantendo elementos comuns que as conectam.

Peça para os(as) participantes compartilharem, em sua visão, a seguinte pergunta: *Para a casa ser moradia e para a moradia ser lar, o que é necessário?*



Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

Prepare uma sala com projetor ou que tenha internet disponível para que os(as) participantes possam ver ou acessar os vídeos apresentados, caso seja possível.

Separe o curta-metragem “*Eu moro aqui*” (Habitat para a Humanidade Brasil, 2024). Disponível em: bit.ly/RCC_13_064. É necessário fazer um rápido cadastro ou acessar diretamente no YouTube: bit.ly/RCC_13_065

Organize todos os textos selecionados da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, que são indicados na Trilha.

Separe as imagens do Retrato Brasil da 13ª edição da Revista Casa Comum. Caso você não tenha a revista impressa, basta acessar diretamente na plataforma: bit.ly/RCC_Retratobrasil

Separe a música “A Casa”, de Vinicius de Moraes. Disponível em: bit.ly/RCC_13_066

Organize os materiais: cartões coloridos para anotações, cartolinas, folhas de papel, canetinhas, canetas e/ou lápis, fita crepe, barbantes, fitas coloridas, fita crepe de cores variadas, papel kraft etc.

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Na abertura do segundo encontro, retome o Retrato Brasil, mas agora apresente as fotos de Renato Soares (p. 52) que traz cenas de moradias indígenas como ocas dos povos do Alto Xingu, casas comunais dos Waimiri Atroari, no Amazonas, casas flutuantes dos Magüta (Ticuna), no Amazonas, entre outras.

Inspire uma reflexão inicial com o grupo, sobre o direito à moradia, pensando, de forma conjunta, quais modelos de moradias são possíveis de serem encontrados. Você, mediador(a), pode perguntar: *Como a moradia pode ser também espaço de vida comunitária? Como a comunidade pode ser casa de luta por direitos?*

2. A Revista Casa Comum na prática

2.1. Leitura

Retome os grupos formados no primeiro encontro e reforce, com o grupo, que moradia digna é um direito garantido na Constituição Federal, em seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia,

o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Distribua para os grupos, os textos indicados abaixo da 13ª edição da Revista Casa Comum.

EM PAUTA

Deslocamentos por crises climáticas aumentam e milhões precisam deixar suas casas ao redor do mundo (p.27)

EM PAUTA

Os desafios enfrentados por quilombolas e indígenas para garantir o direito à habitação e consolidação de seus territórios (p.31)

EM PERSPECTIVA

Além da terra: a luta por moradia na Reforma Agrária Popular (p.42)

2. Roda de conversa

Neste momento, instigados pelos textos lidos da Revista Casa Comum, peça para que os grupos apresentem o que debateram. Para a reflexão coletiva, você pode partir das reflexões abaixo, que são destaques ao longo dos textos da Revista Casa Comum, ou selecionar outros trechos que achar relevante (como as aspas do texto *Ponto de Partida*):

Evaniza Rodrigues, assistente social e membro da União Nacional por Moradia Popular (UNMP):

“A moradia é vista como um bem, como patrimônio, uma mercadoria. Qual seria, então, o jeito normal, com todas as aspas na palavra normal, para adquirir moradia? Comprando. Quem tem mais dinheiro, compra uma casa maior. Quem tem acesso a crédito, pega dinheiro no banco ou faz um financiamento. Quem não tem acesso a nenhuma dessas operações, vai ter que ‘se virar’ para morar. As formas precárias de habitação são

resultado desse pensamento. Ao trazer o conceito de moradia como direito, temos que derrubar tudo isso.” (Em Destaque, p.11)

Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista:

“Isso é a implicação concreta de você ter um modelo único [de moradia]. E por que esse modelo único? Porque por trás da política habitacional, não estão os interesses das pessoas que precisam morar. Quem historicamente define a política habitacional no país são os interesses da indústria da construção civil, aliados com os interesses da indústria de crédito imobiliário. Essa inversão é absolutamente necessária se a gente quiser construir moradia adequada no país, o que é totalmente possível, sim. Só que, para isso, é preciso romper com esse modelo.” (Papó Reto, p.21)

Em seguida, entregue para cada grupo uma folha grande para elaborarem, com base nas matérias da Revista Casa Comum lidas, um quadro com:

- Situações identificadas de injustiça habitacional vividas ou conhecidas
- Estratégias utilizadas para que o direito à moradia não seja efetivamente garantido
- Formas de resistência e cuidado promovidas pelas comunidades

Caso atue com grupos de crianças e adolescentes, separe o texto do *Estação Criança* (p.35) – *Como as moradias (ou a falta delas) impactam no dia a dia das crianças e adolescentes?* – e traga como elemento poético a música “A Casa”, de Vinicius de Moraes. Essa música é frequentemente apresentada como ilustração lúdica de uma casa imaginária, mas que pode também ser interpretada como uma casa que, por não existir, fica apenas no desejo da garantia desse direito. Dessa forma, como seria possível materializar a casa com que as crianças sonham, como direito garantido, também previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

Com as discussões realizadas, peça para os grupos escolherem um bairro, conjunto de casas, comunidade, favela, ocupação etc. que conhecem, e façam uma análise a partir dos elementos do quadro “*Moradia adequada, segundo a ONU*”, na página 18 do Papo Reto, que traz os sete critérios para que o direito à moradia adequada seja satisfeito: 1. Segurança da posse; 2. Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; 3. Economicidade; 4. Habitabilidade; 5. Acessibilidade; 6. Localização; e 7. Adequação cultural.

3. Encerramento

Para finalizar o encontro, caso haja disponibilidade de internet e equipamento, exiba o curta-metragem “*Eu moro aqui*”. Você pode selecionar um trecho, caso não haja tempo disponível para a exibição completa (tempo total de 35 minutos).

Caso não seja possível, apresente as fotografias de Raul Batista, do Retrato Brasil (p.56). Inspire uma breve rodada de reflexões perguntando: “*Quem são as vozes que habitam a sua cidade?*”

Organize todos os textos selecionados da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, que são indicados na Trilha.

Acesse o jogo de tabuleiro “*Jogo da Vida Real*”, produzido pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que ensina às pessoas sobre o direito à cidade de maneira lúdica e conectada a outros direitos humanos. Caso seja possível, você pode imprimir, ou, então, baixar os arquivos e projetar. Disponível em: bit.ly/RCC_13_067

Separe o texto-base da Campanha da Fraternidade de 2026. Disponível em: campanhas.cnbb.org.br

Organize os materiais: cartões coloridos para anotações, cartolinas, folhas de papel, canetinhas, canetas e/ou lápis, fita crepe, barbantes, fitas coloridas, fita crepe de cores variadas, papel kraft etc.

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Receba os(as) participantes indicando que, após conhecer e refletir sobre o tema, a proposta agora será construir um caminho de ação. Para isso, convide a todos(as) a jogar o “*Jogo da Vida Real*”, do Fórum Nacional de Reforma Urbana. A ideia, segundo os organizadores, é promover um ambiente educativo e de reflexão sobre como a luta pela garantia e acesso a direitos humanos, como o direito à cidade, é coletivo e não apenas uma questão individual.

2. A Revista Casa Comum na prática

2.1. Inspiração

Distribua e peça para que os(as) participantes leiam as matérias, a fim de visualizar possibilidades de elaboração de propostas.

NA PRÁTICA

A força da coletividade na realização do sonho da casa digna (p.38)

MOBILIZE-SE

Cidadãos podem (e devem) se engajar em iniciativas pelo direito à moradia pelo país (p.44)

CIDADANIA DIGITAL

Cidadania em rede: o papel das ferramentas digitais no acesso a serviços públicos (p.48)

AGENDA DE PRESSÃO

Congresso debate políticas estruturantes para garantir moradia digna e minimização da exclusão urbana de populações vulneráveis (p.50)

2.2. Ação de mobilização

A proposta do “Agir” desta Trilha será descobrir quais lutas por moradia vocês conhecem nos territórios e colaborar, ajudando a desenvolver pequenos planos de ação comunitária em defesa da moradia digna. As possibilidades são muitas, dentro dos contextos e dos exemplos de luta por moradia que aparecem ao longo da Revista Casa Comum. De toda forma, ressaltamos alguns exemplos de ações possíveis, lembrando que, no texto base da Campanha da Fraternidade 2026, também há várias sugestões:

- Criar uma roda de escuta e memória sobre moradia com idosos da comunidade.
- Produzir uma carta pública ou mural com o título: “*O que é uma casa justa?*”
- Promover uma sessão do documentário “*Eu moro aqui*”, seguida de debate local.
- Realizar uma visita a uma ocupação urbana ou indígena para diálogo e solidariedade identificando as demandas e necessidades locais.
- Organizar voluntários que possam apoiar grupos que precisem de assessoria técnica, como advogados, arquitetos, engenheiros etc.

- Promover mutirões para construção de moradias para quem não tem ou mora precariamente ou ajudar a reconstruir espaços abandonados.
- Realizar encontros sobre a realidade da moradia, promovendo o entendimento da moradia como direito e não como uma mercadoria.
- Organizar encontros para apresentar às comunidades as políticas públicas e programas governamentais existentes sobre moradia e ajudar as famílias a fazer os devidos cadastros.
- Conhecer e incidir para que, nos planos de governo dos candidatos em 2026, sejam apresentadas propostas para o enfrentamento do déficit da moradia pelas prefeituras.
- Acompanhar e pressionar os(as) vereadores(as) para que proponham, acompanhem e fiscalizem as políticas públicas de moradia nos bairros, bem como aprovem orçamentos a serem destinados a essas ações.

Depois de um tempo oportuno, peça para que cada grupo apresente sua ideia aos demais, podendo o grupo todo de participantes fazer comentários e sugestões de aprimoramento.

3. Encerramento

Como encaminhamento final, retorne os conceitos e ideias desenvolvidos nos encontros desta trilha *Casa: território de direitos e sentidos*, pedindo para cada participante escrever em folha ou filipeta de papel a sua percepção sobre o direito à moradia. Busque uma forma de dispor os materiais como se formassem telhas que serão colocadas em uma moldura (pode ser feita de madeira, varetas de pipa ou outros materiais) compondo uma estrutura que cubra a casa fictícia.

Fica a dica da Revista Casa Comum!

Conheça as edições da Revista Casa Comum que trazem novos debates e discussões sobre o direito à cidade, ao Bem Viver, ao cuidado com a Casa Comum e diversos outros temas que aprofundam os debates dessa edição sobre moradia:



Disponível em: bit.ly/RCC_13_069



Disponível em: bit.ly/RCC_13_070

Expediente

Roteiro formativo – Trilha de Saberes da Revista Casa Comum

Realização:
Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente
Frei Wagner Sassi

Coordenação geral da revista:
Fábio José Garcia Paes

Projeto e coordenação editorial:
Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público
www.estudiocais.com.br

Parceiro institucional:
ABPEducom (Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educação)
www.abpeducom.org.br

Parceiro para impressão e disseminação:
PAULUS Social

Criação do roteiro:
Maurício Virgulino – ABPEducom

Daniele Próspero – Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público

Revisão:
Marta Pachiella Martinez e Rodrigo Bueno

Projeto gráfico e diagramação:
Estúdio Oto

Ilustradora:
Marcela Weigert

Contato:

Endereço de correspondência:
Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
São Paulo/SP - CEP: 03009-010

Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br

Site:
www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

E-BOOKS
GRÁTIS



A PAULUS Social
disponibiliza o *download*
gratuito dos livros do
Kit do Programa Direito
e Cidadania - PDEC!

Para saber mais sobre
o Programa, acesse:
PAULUS.ORG.BR

Ninfa Parreiras

O CÉU
DO
SERTÃO
É SEU

Ilustrações
Tel Coelho



Informe publicitário

Imagem: canva.com/gammaseries



Escaneie o QR Code e baixe gratuitamente os arquivos em formato
e-pub, ideais para leitura no celular, *tablet* ou computador.

Disponível nas plataformas: Google Play kobo App Store



PAULUS
SOCIAL



Colabore com a iniciativa Casa Comum

A iniciativa valoriza muito o "fazer junto".

Em todas as suas ações, envolve pessoas e iniciativas que
promovem a mobilização para a justiça socioambiental,
adotando o diálogo e a construção coletiva.

Por meio do seu apoio, poderemos ampliar nossas ações de
informação, formação e engajamento multiplataforma em defesa
dos direitos fundamentais em diferentes territórios do país.



CASA COMUM

Sefras
AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA

Colabore por meio do PIX:

E-mail: revistacasacomum@sefras.org.br

Site: www.doe.sefras.org.br/casacomum

Acesse a Trilha de Saberes da 13ª edição



www.revistacasacomum.com.br

     @RevistaCasaComum

Realização



Coordenação editorial



Parceria especial



Apoio



PAULUS
SOCIAL



ABeducom